

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

ATA Nº 016

**PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO**

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Bom-dia a todos aqui, nesta manhã de segunda-feira, dia 26 de maio.

Nós abriremos esta Audiência Pública, que está sendo apresentada por nós, como Deputada Estadual da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso e aprovada pela Assembléia Legislativa, no plenário desta Casa. Esta Audiência Pública tem o objetivo de debater o SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia), e o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Gostaríamos de agradecer as presenças e de convidar para compor à Mesa o Sr. Edgar Fagundes, Diretor Executivo do SIPAM; a Srª Sueli Guimarães, Coordenadora do IBAMA de Brasília; o Sr. Rodrigo Justus de Brito, Diretor de Recursos Florestais da FEMA e Coordenador Estadual do SIVAM; o Coronel Leovaldo Sales, que é do Grupo Especial de Fronteira de Cáceres; o Sr. Jairo Rocha, assessor da Senadora Serys Slhessarenko, que foi quem inclusive, propiciou a vinda destas pessoas a Mato Grosso. Eles já estiveram aqui, em visita e, hoje, estão vindo para a Audiência Pública.

Gostaríamos de registrar a honrosa presença das seguintes pessoas que gentilmente compareceram para esta Audiência Pública: o Sr. Nelmo Roque, Coordenador Geral do SIPAM; o Sr. Roberto Rodrigues Soares, Gerente do Centro Gestor Operacional do SIPAM; o Sr. José Neumar Moraes da Silveira, Assessor do Centro Regional de Vigilância de Porto Velho, do Partido dos Trabalhadores de Rondônia, e nós gostaríamos de convidá-lo para compor a Mesa; o Sr. Francisco Ribeiro, que neste ato, representa a Secretaria de Trabalho Emprego e Cidadania; o Sr. Jonas, que representa o Deputado Federal Carlos Abicalil; o Tenente Maia, do DPV, representando o Major Coutinho; a Srª. Edna Luzia, Gestora Governamental da SEPLAN; o Sr. Alberto Siqueira, Coordenador da FEMA; a Srª Magda Mendes, Técnica em Atividade Ambiental da FEMA; a Srª Luciana Amaral, representando o Vereador Dito Fiscal; a Srª Maria Luiza Zaniratto, diretora do SINTEP, do Conselho Estadual de Educação; a Srª Lúcia Ângela, Secretária Municipal do PT; a Srª Marly Keller, do IBAMA; o Sr. João Batista Domingues, Engenheiro da Assembléia Legislativa; o Sr. Darley Galo, Secretário de Planejamento da Prefeitura de Chapada dos Guimarães; o Sr. Laudemir Luiz Zart, Pró-Reitor de Pesquisa Pós Graduação da UNEMAT; a Srª Doralice Rosa Oliveira, assessora do Deputado Federal Carlos Abicalil; a Srª Maria do Rosário, Professora de Porto Alegre do Norte; e o Sr. Alexandre Torres, de Chapada dos Guimarães.

Recebemos também, aqui, um comunicado da EMBRAPA, da Srª Marisa Marilena Barbosa, Diretora-Presidente em exercício, que agradece o convite, mas que por problemas de agenda, não pôde estar presente.

O objetivo nosso, nesta Audiência Pública - porque nós fazemos parte, hoje, da Amazônia, Mato Grosso compõe a Amazônia Legal -, é o de conhecer realmente, como é que funciona o SIVAM e o SIPAM; qual o objetivo e como é que ele vai monitorar as nossas áreas ambientais do Estado de Mato Grosso, nos próximos quatro anos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Nós estamos aqui, hoje, com os novos Gestores que já foram nomeados pelo Governo Lula. E nós, como Gestores, como representantes da sociedade civil organizada, temos sim que estar a par até para acompanharmos e, inclusive, para contribuirmos nesta fiscalização. Porque, se nós temos um Estado, hoje, que pertence a Amazônia, que tem toda uma área de preservação; se nós defendemos um Estado sustentável, como cidadãos e cidadãs, nós temos que estar a par dessas informações, de todo esse conteúdo, para inclusive sermos parceiros nesta luta.

A Audiência Pública tem esse objetivo e também o objetivo de publicizar isso, para a sociedade, através da imprensa. Nós gostaríamos de dizer aqui, aos nossos Gestores presentes do SIVAM E SIPAM, que a TV Assembléia tem um canal e estará repassando essas informações. Estamos com a imprensa aqui, da Assembléia Legislativa.

Hoje, tivemos um pequeno problema de conjuntura na cidade. Nós estamos com uma greve no transporte coletivo, uma greve forte e, inclusive, até o transporte alternativo está com dificuldades de circular. Então, nós temos uma manhã de segunda-feira, com esta dificuldade, mas vamos aqui cumprir com o nosso trabalho.

Nós, também hoje, estaremos em Cuiabá com a Ministra Matilde Ribeiro, que veio, *in loco*, fazer a visita numa área de quilombola, em que houve um despejo na quinta-feira passada. Nós também temos esta tarefa, hoje, de acompanhar a Ministra, porque são povos que vivem, moram na região há anos e esse problema precisa ser solucionado.

Então, vamos iniciar. Eu gostaria de passar a palavra para o Sr. Nelmo Roque, nosso companheiro, para fazer o pronunciamento inicial e, depois, nós passaremos a palavra aos outros Gestores que estão à Mesa.

O SR. NELMO ROQUE - Companheiros, companheiras, Deputada Verinha Araújo, em nome de quem cumprimento a Mesa toda e os companheiros presentes, aqui, na Assembléia Legislativa.

Como a Deputada Verinha Araújo falou, nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos administrando, hoje, este País. E dentro da região amazônica nós temos o Sistema de Proteção da Amazônia, que é uma grande estrutura e que temos que conhecer primeiramente. Essa Audiência Pública de hoje, dará, inicialmente, esse conhecimento para os companheiros e companheiras, aqui presentes, e a partir desse conhecimento, nós teremos que conquistar a nossa soberania em cima dessa região amazônica, que é muito desconhecida e muito cobiçada.

Nós esperamos que essa apresentação produza esses efeitos para que possamos, através do SIPAM, conquistar a nossa soberania e o conhecimento pleno sobre a região amazônica.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós vamos passar a palavra, agora, para o Sr. Edgar Fagundes, Diretor Executivo do SIPAM, para abrir a nossa intervenção, desta manhã, e depois nós vamos passar a palavra aos outros parceiros que estão à Mesa.

Sr. Edgar Fagundes, o senhor quer que nós nos sentemos aqui, no Plenário, para que fique melhor a exposição?

Nós passaremos, então, aqui, para o Plenário. Vamos nos sentar ali e depois nós vamos utilizar a palavra aqui.

O SR EDGAR FAGUNDES - Bom dia a todos, Deputada Verinha Araújo, demais presentes. Inicialmente, eu gostaria de parabenizar a Deputada e esta Casa pela iniciativa desta Audiência Pública.

O Sistema de Proteção da Amazônia, que teve origem no SIVAM-Sistema de Vigilância da Amazônia, foi bastante polêmico. No início desse Sistema, na década de 90, foi contratada uma empresa americana, sem licitação. Foi motivo de bastante polêmica, duas CPIs no Congresso Nacional; pouca ou nenhuma participação da nossa comunidade técnico-científica e, hoje, ele é uma realidade, entra em ativação. Foi inaugurado o Centro Regional de Manaus em julho,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

do ano passado e, efetivamente, a partir deste ano, nós estamos iniciando a operação do Sistema de Proteção da Amazônia.

É da maior importância que a sociedade tome pé, tome ciência, das informações que esse Sistema produz, para que os órgãos públicos sejam federais, estaduais, municipais, a sociedade civil organizada, possam saber como usufruir desse Sistema para o nosso objetivo maior, que é a proteção da Amazônia; que é reafirmar para o País e para o mundo a nossa soberania dessa parte do nosso território e deixar de vez, qualquer questionamento se a Amazônia é ou não nossa.

É isso que vamos apresentar a todos, através de alguns *slides*, o que é esse Sistema, como funciona e como toda a nossa sociedade pode usufruir, particularmente, a comunidade do Estado de Mato Grosso.

Inicialmente, o Sistema estava no Ministério da Defesa com um vínculo muito forte com a aeronáutica, porque ele surgiu com a proteção, principalmente, do nosso espaço aéreo. A partir daí, as discussões foram avançando e ele passou a cobrir a área ambiental, toda a parte de vigilância, inclusive, meteorológica, como todos verão. E, hoje, ele está na Casa Civil, da Presidência da República.

Foi criado um órgão chamado CENSIPAM (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), e esse CENSIPAM é ligado à Casa Civil, ao Ministro José Dirceu. Esse Decreto é o de Nº 4.200, de abril de 2002, ou seja, acabamos de completar um ano de existência.

Os senhores sabem - esses *slides* talvez fossem desnecessários, mas é sempre bom lembrar o tamanho do nosso desafio -, nós estamos com o desafio de proteger uma área que é mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, a maior bacia de água doce do planeta, um terço das florestas tropicais do planeta. Essa área corresponde a sessenta por cento do território brasileiro, doze por cento da população do país, última grande região habitável do mundo.

Esse *slide* mostra também que cabe dentro da nossa Amazônia, em termos territoriais, em termos de área, trinta estados dos Estados Unidos e trinta e dois países da Europa Ocidental. Então, nós não estamos tratando de uma pequena área, de uma pequena reserva. Nós estamos, simplesmente, tratando de uma região de maior importância no mundo e que está em território brasileiro.

Como é o funcionamento desse Sistema de Proteção da Amazônia?

Essa, aqui, é a foto do que foi inaugurado em junho do ano passado, o Complexo de Manaus, que foi por onde começou a ativação do sistema.

Esse complexo de Manaus... E aproveito a oportunidade, desde já, para convidar a Deputada e qualquer membro da nossa cidade para nos visitar em Manaus e ver na prática como é o funcionamento. Também, não precisa ser Manaus, pode ser o Centro Regional de Vigilância de Porto Velho, sobre o qual eu vou falar também.

Então, nessa porção, aqui, está o que chamamos de Centro Regional de Vigilância. Ali, é o Centro de Vigilância Aérea, gerenciada pela aeronáutica. Ali, o Centro de Apoio Logística, que nós chamamos de CAL, que é para dar o suporte logístico a todas as atividades na Amazônia.

Por exemplo, nós temos radares, que eu vou mostrar, espalhados na Amazônia. Quando se estraga um radar desse, existe uma logística de barco para ir trocar um parafuso de um equipamento, e são mais de mil equipamentos espalhados pela Amazônia, então, temos aí o Centro de Apoio Logístico.

Mas o que é mais conhecido é a sigla SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Eu quero esclarecer a diferença entre SIVAM e SIPAM. O SIVAM, como foi criado, é toda parte da infra-estrutura, é o conjunto dos sensores, é o conjunto dos equipamentos que, efetivamente, vigiam. São radares, plataformas de coletas de dados, sensores dos mais variados.

Essa infra-estrutura, esse sistema, em termos de computadores, máquinas, instrumentos, é o SIVAM. Mas, nós temos um sistema que é maior que esse, que compreende toda essa estrutura, compreende o SIVAM, mas que integra os órgãos públicos federais, estaduais e municipais para operar esse sistema. Então, uma coisa é termos os equipamentos, a infra-estrutura, outra coisa é termos a capacidade de articular os órgãos e as entidades que atuam na Amazônia para usufruírem dos instrumentos, das informações que são geradas pelo Sistema. O SIPAM é um desafio maior, é uma organização sistêmica daqueles órgãos que atuam na Amazônia.

Eu fiz esse *slide* para mostrar o que é o SIVAM, que é esse conjunto de instrumento; e o que é o SIPAM, que engloba esses instrumentos, engloba o SIVAM, mas é muito mais do que isso, é a articulação, a organização de órgãos como o INPE-Instituto de Pesquisas Espaciais; o INPA-Instituto de Pesquisa da Amazônia; o Emílio Gueldi, todos ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia; ao IBAMA e Agência Nacional de Águas, ligados do Ministério do Meio Ambiente; ao INMET e à EMPBRAPA, ligados ao Ministério da Agricultura; e assim por diante DMPM, CPRM, ANEEL, ligados ao Ministério de Minas e Energia.

Esses órgãos que estão em amarelinho - eu não sei se os senhores conseguem ver-, em todos eles hoje, há técnicos atuando dentro do Centro Regional de Vigilância de Manaus.

Temos lá, hoje, técnicos da aeronáutica, do exército, da marinha, do IBAMA, da FUNAI, da Agência Nacional de Águas, do Ministério do Meio Ambiente com o Programa PROVARZEA; do INMET-Instituto de Meteorologia, do INPE, enfim, esses órgãos hoje estão todos, atuando lá dentro.

E esse é um desafio que estamos conseguindo vencer a partir deste ano, que é, efetivamente, os órgãos estarem lá dentro, operando e atuando.

Não somos nós, um grupo, que estamos gerando as informações e dizendo como as coisas têm que ser feitas. Mas, são os órgãos se adonando do sistema, pegando o sistema para ele o SIVAM, e fazendo com que ele dê resultados.

Esse é o sistema de proteção da Amazônia, e aqui eu aproveito para um comercial, daqui para frente nós estamos usando sempre a sigla SIPAM e não SIVAM. Embora o SIVAM exista e faça parte desse sistema maior, que é o nosso objetivo de proteger a Amazônia.

O conceito do SIPAM é... Primeiramente, nós trabalhamos com esses sensores, esses instrumentos, sensoriamento remoto por satélite, plataforma de dados, estações meteorológicas, eu vou mostrar todos esses. Nós juntamos informações, dados brutos, e a partir daí, no *softer* que dispomos essas informações são integradas, para gerarmos resultados, produzirmos o conhecimento, e gerarmos mapas, como os mapas de uso do solo, mapas de vegetação, toda à parte de vigilância aérea, o controle do tráfico aéreo, como o que nós damos suporte e eu vou mostrar.

Enfim, nós temos só na área ambiental, mais de cinquenta produtos que são gerados entre trinta e poucos mapas, relatórios, estatísticas. Tudo isso suportado por um grande banco de dados. Eu quero dizer e já adiantar que a nossa política é a da informação, está disponível e acessível pela sociedade em geral; também suportados por uma grande rede de telecomunicações.

E com isso nós acreditamos que estamos, efetivamente, contribuindo ou praticando a proteção da Amazônia com vistas ao seu desenvolvimento sustentável.

São alguns *slides* do nosso ambiente. Esse aqui é o Centro Regional de Manaus, esse é o Centro Regional de Porto Velho, está conosco, aqui, o Sr. Roberto que é o gerente deste Centro de Porto Velho. É o Centro de Porto Velho, o sistema é dividido pelos estados, é o Centro que estará interagindo com o Estado de Mato Grosso, com o Estado do Acre.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O Centro de Manaus interage com o Estado de Roraima, e os demais Estados com o Centro de Belém. Esse também é um *Slide* do Centro de Porto Velho, e aqui o Centro Regional de Belém.

Portanto, é uma infra-estrutura muito grande, cada um desses prédios têm mais de doze mil metros quadrados. Todos esses centros estão com as obras civis concluídas. O Centro de Manaus já foi ativado. Nós estamos em fase de ativação no Centro de Porto Velho, e aguardando receber a parte computacional de Belém, para também, entrarmos em ativação ainda este ano, provavelmente, no segundo semestre, não temos certeza ainda.

São alguns *slides*: esse de cima da direita é entrada do Centro de Vigilância Aérea; o de cima da esquerda, é entrada do Centro regional de Vigilância, aqui ainda temos construções; isso aqui é um restaurante que está sendo construído; aqui são as nossas dependências externas, é um ambiente inclusive, que eu diria, que é bonito, bom de trabalhar, muito agradável, tudo novo. Nós criamos ponta, nós criamos ponta de tecnologia no mundo.

Aqui neste *slide* debaixo, da direita, um detalhe que é a sala do IBAMA, ou seja, todos esses órgãos têm as suas salas lá dentro; essas aqui são as dependências internas de computadores; esse *slide* de cima, da esquerda, é parte da vigilância aérea; aqui é a parte de processamento de imagens da aeronave, área de vigilância ambiental e vigilância meteorológica.

Todas as nossas dependências são vigiadas por câmeras. Nós temos sessenta e quatro câmeras espalhadas. Toda a nossa parte interior é constantemente monitorada. A segurança, tanto a segurança física, quanto a segurança das informações, têm todo um plano de segurança de informações. Eu diria que mais de noventa por cento das informações são públicas, mas nós temos informações reservadas. Por exemplo, aquelas ligadas às investigações da Polícia Federal, etc.

Agora, falando um pouco o que é esse sistema e como funciona. Primeiramente, a parte de vigilância aérea. A parte da vigilância é formada por vinte e cinco radares, sendo dezenove radares fixos e seis radares transportáveis. Por exemplo, em Sinop, aqui em Mato Grosso, nós temos um radar transportável semelhante a esse aí, da esquerda. Também recebemos os dados de outros CINDACTA's. Esse sistema de vigilância aérea corresponde ao CINDACTA 4, vamos dizer assim. Se eu estiver errado, o oficial da Aeronáutica ali, nos ajude a corrigir. E esses dados todos chegam em tempo real, na tela dos nossos computadores, ou seja, todas as aeronaves que estão no espaço aéreo da Amazônia, estão em tempo real no nosso computador lá, para vigiarmos.

Esses dados são trabalhados também pelo Serviço de Proteção ao Vôo da Aeronáutica.

Alguns *slides* mostrando a nossa infra-estrutura, o radar de Manaus, Conceição do Araguaia, Santarém, Tiriós, São Félix do Xingu, Rio Branco, ainda a construção, inclusive do Sul. Este é o radar de Sinop, que já é operacional. Com isso, nós já temos das vinte e cinco unidades de vigilância aérea, dezenove unidades funcionando. E ainda este ano teremos as vinte e cinco unidades dando a cobertura em toda Amazônia.

Faz parte ainda da vigilância aérea cinco aeronaves, uma aeronave brasileira da EMBRAER, uma EMB-145, das quais já recebemos quatro dessas aeronaves e uma com previsão de entrega em agosto.

Essas aeronaves são operadas pela aeronáutica e essa aí é para a vigilância aérea. Ela tem no seu dorso superior um radar, esse radar tem um alcance de duzentas e quarenta milhas náuticas, ou seja, mais de quatrocentos quilômetros. Isso significa que com uma aeronave dessa voando pela nossa fronteira, nós podemos detectar aeronaves no espaço aéreo, por exemplo, colombiano, peruano, venezuelano, boliviano, mais de quatrocentos quilômetros para dentro.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Essa aeronave é para fazer a vigilância aérea da Amazônia. Essa aeronave também detecta, como o radar é em todas as direções, alvos na superfície; por exemplo, navios, carros, etc, são detectados.

Tem uma outra aeronave. São três aeronaves de sensoriamento remoto. Como são essas aeronaves? Essas aeronaves são equipadas com sensores de alta resolução para imageamentos no terreno. Na parte frontal da aeronave tem um sensor, que chamamos de Óptico Infravermelho, que detecta alvos à noite, através de nuvem, não importa. Por exemplo, essa aqui é uma imagem desse sensor que está detectando alguns alvos no terreno e a coloração, o nível de cinza dessas imagens é uma função da temperatura desses alvos. Então, pode se interpretar algumas coisas aqui; por exemplo, existem dois clarões nessa imagem, aqui e aqui, provavelmente, essa área é uma área mais iluminada. Alguns intérpretes podem dizer que tem edifícios, no lado esquerdo, que estão dando sombra em parte da área e a outra está mais iluminada. Podemos dizer que esse carro deve estar com as luzes acesas, porque está com os faróis brancos. Esse carro, ou está ligado ou recém-desligado, porque o motor está mais quente do que o resto do carro.

Eu já vi uma foto dessas, da aeronave, que passa sobre reservatórios de tanque de combustível, onde se sabe se o tanque está cheio ou está vazio, ou onde está o nível de combustível nesse tanque. Por que? Porque a temperatura da parte que contém líquido é diferente da temperatura da parte que não contém líquido.

Isso é bastante estratégico para a defesa, esse tipo de imageamento. Temos aqui um exemplo da detecção de um alvo. Na parte central da aeronave tem radares, radares imageadores, eu não vou entrar em termos técnicos, mas ele imagea aí o que chamamos de banda X e banda L. Então, gera diferentes tipos de imagens, com as quais se pode fazer composições coloridas. O radar não tem problema de nuvem, que é problema na Amazônia. Nós podemos fazer imageamento num dia nublado, com uma chuva fina, e não tem problema. E há diversas aplicações para essas imagens de radar. Aqui são áreas da Amazônia, Arquipélago de Ana Vilhanas, no estado do Amazonas.

Através do radar existe uma técnica chamada de mapeamento interferométrico, isso é uma técnica que permite termos a terceira dimensão do terreno, traçar curvas de níveis com a precisão da escala da aeronave, fazer essa modelagem do terreno da superfície.

É claro que na área de floresta pega-se a copa das árvores, então, nós temos muito mais o modelamento das copas das árvores do que da superfície do solo. Mas, aqui é uma imagem, uma composição mostrando o contraste de uma área florestada, com uma área não florestada, usando aí o processo de interferometria.

E na parte traseira da aeronave temos um imageador, que nós chamamos de imageador multiespectral. Comparando isso com fotografia, é como se tivesse tirando trinta e uma fotografias do mesmo alvo do terreno ao mesmo tempo. Cada fotografia dessa, cada imagem dessa, tem uma característica diferente. Um exemplo clássico disso é diferenciar, por exemplo, a mandioca da maconha. Numa fotografia área convencional, isso não é detectado. Numa dessas bandas, como nós chamamos, dessas imagens, a radiação recebida pelo nosso sensor, esses alvos têm um comportamento diferente que permite que seja feita essa diferenciação na imagem.

Isso é para ilustrar a capacidade do imageador com trinta e uma bandas, ou seja, trinta e uma imagens simultâneas. Uma imagem dessa aeronave e aqui um outro exemplo pouco convencional: essa fotografia da esquerda é uma fotografia em preto e branco convencional e da direita, nós temos uma imagem termal. Essa imagem termal detecta diferenças sutis de temperatura no terreno, isso permite nessa imagem, da direita, evidenciar uma drenagem subterrânea; subterrânea, provavelmente, próximo à superfície, mas não visível na imagem da esquerda.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O sistema contém uma aeronave, um Cessena Caravan e é uma aeronave pequena de custo bem mais barato, que tem um imageador que nós chamamos de hiper-espectral, que faz mais do que o outro. O outro era trinta e uma imagens, esse aqui faz cinquenta imagens, e algumas dessas desenvolvidas especificamente para tratar a questão do fogo, das queimadas etc. E isso é imagem também, dos imageadores Multiespectral.

Isso aqui é para dar noção para os senhores do volume de dados, do volume de informações que são gerados com um sobrevôo desse.

Imaginando um sobrevôo na área, inclusive, a área de uma operação que será desenvolvida pelo Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, IBAMA, FUNAI e SIPAM, na fronteira, um imageamento nessa área de cento e vinte mil quilômetros quadrados, levam dez horas de vôo, para uma resolução de três metros de um terreno, e para processar esses dados são necessários quatro dias ininterruptos de processamento, 200 *CD Rom* para gravar esses dados, trinta horas de transmissão de dados a oito megabits por segundo. Então, é muita informação que é gerada.

Bom, tirando essa parte da aeronave, nós trabalhamos com imagens de satélite. Satélite de sensoriamento remoto. Existe aqui em Mato Grosso, Cuiabá, muitos dos senhores conhecem, a antena do INPE. Nós investimos vinte milhões para fazer *upgrade* dessa antena do INPE, para que o INPE desse uma resposta mais rápida no processamento dessas imagens para o Sistema. O INPE recebe dados do CBERS, que é um satélite brasileiro, do LANDSAT, do SPOT, do RADARSAT que é um satélite radar canadense, e essas imagens sob demanda, não chegam automaticamente no sistema. Nós as encomendamos do INPE e temos também para os nossos centros regionais utilizarem essas imagens, fazerem o mapeamento.

Querem um exemplo, uma imagem daquele encontro das águas do Rio Solimões e o Rio Negro, Manaus.

Há uma área chamada de Vigilância Meteorológica. Nós temos no centro regional de Manaus, duas antenas; uma, que capta dados do satélite NOAA; outra, que capta dados do satélite GOES. E nos centros regionais de Belém e Porto Velho, também temos antena que recebem imagem desse satélite GOS, que é um satélite geoestacionário.

Além disso, nós temos espalhados na Amazônia: dez radares meteorológicos; três estações meteorológicas de altitude, essas são operadas pela Aeronáutica, ainda estão na fase de testes; setenta estações meteorológicas de superfície, essas também estão sendo implantadas aos poucos; vão somar-se a essas setenta, as redes estaduais de estações, por exemplo: Rondônia tem oito estações, o Pará também tem oito estações que vão ser agregadas ao sistema e aqui em Mato Grosso temos que ver o que está disponível para gerar esse sinal.

Também compõe o sistema de vigilância meteorológica quatorze detectores de raio, essa é uma parceria com a ELETRONORTE, também não foram implantados ainda, estarão ao longo das linhas de transmissão de energia e todas essas informações chegando nos centros regionais de Manaus, Belém e Porto Velho e daí passados para – eu vou mostrar depois – os centros estaduais de usuários que nós temos um aqui em Mato Grosso. Então, isso aí é a rede de sensores meteorológica. Com isso hoje nós fazemos estudos climatológicos já com grande precisão. Já temos uma página na *intranet/nós*, onde esses dados são disponíveis para o serviço de proteção ao vôo da aeronáutica, isso diariamente. Estamos instalando uma antena em Brasília, uma *ramb*, como nós chamamos, onde em breve esses dados estarão sendo, via rede, disponibilizados para os demais usuários, como Instituto de Pesquisas Espaciais, Instituto Nacional de Meteorologia e quem mais queira. Também estamos testando a nossa página na *internet* onde esses dados estão começando a ser disponibilizados. Os dados têm direção de vento, toda parte de previsão de chuvas, temperaturas, etc.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Faz parte do sistema também, plataformas de coletas de dados, serão duzentas, hoje temos setenta e cinco instaladas, cinquenta e sete já estão dando respostas.

Tem uma antena em cima do Centro Regional de Vigilância de Manaus, Belém e Porto Velho. Essas antenas captam sinais como o nível da água dos rios, a temperatura da água, condutividade térmica, oxigênio dissolvido. Essas plataformas de coletas de dados captam uma série de informações da rede hidrográfica, e esse dado é colhido a cada cem minutos em que passa um satélite, nossa antena capta esses dados, e com isso nós podemos rodar alguns modelos como previsão de enchentes, dando alerta de enchente ou alerta de secas, pois estamos, aí, em parceria com Agência Nacional de Águas calibrando o sistema para dar esses alertas.

Isso aqui é que eu acho fantástico que é a nossa capilaridade das telecomunicações. O sistema prevê, além dos três Centros Regionais de Vigilância, nove centros estaduais de usuários, ou seja, um centro em cada Estado e aproximadamente setecentos e cinquenta terminais remotos espalhados na Amazônia e mais uns cento e cinquenta terminais urbanos.

Nós já temos, hoje, os nove centros estaduais de usuários inaugurados, o último foi inaugurado aqui em Cuiabá, o Rodrigo está aqui, representando, e está instalado na FEMA. Esse centro é para estar conectado ao Centro Regional de Porto Velho recebendo esses dados, recebendo essa imagem do satélite, interagindo conosco.

Além dos nove estaduais, nós temos também um terminal menor que é um kit, nós chamamos de Kit-usuário, que foram cedidos para os órgãos parceiros, por exemplo: o Comando da Aeronáutica tem vinte e dois desses terminais espalhados na Amazônia; a Marinha, trinta e um; o Exército setenta e quatro; nos pelotões de fronteiras já têm vários desses funcionando. O IBAMA contará com cento e quatro terminais de usuários, já tem alguns instalados; a FUNAI, cento e setenta e quatro; as Prefeituras e outros como INCRA, etc.

Esse kit-usuário é um computador, um fax, uma linha telefônica e uma antena de comunicação que nós chamamos antena VSAT. Com isso pontos remotos na Amazônia como: um escritório do IBAMA; um pelotão de fronteira lá, na Cabeça do Cachorro, poderá comunicar-se via telefone com todos os outros kits-usuários, com os centros estaduais, e com a nossa central, isto é, com o Centro Regional. Eu não preciso discar, por exemplo, da minha sala, em Manaus, para um terminal desses o código de área zero vinte e um. Isso é um ramal de um grande PABX na Amazônia, que também é uma grande *intranet*, ou seja, as pessoas acessam uma página da *intranet* e com isso trocam *E-MAIL* nessa rede. Isso é fantástico.

Eu vou até fazer um parêntese para dizer que nós já estamos utilizando isso para outras coisas. Um médico, em Manaus, está transmitindo dados de mamografia de Parintins e de Tabatinga para central - porque não tem médico que saiba analisar esses dados, nesses locais-, para um hospital de Manaus, para esses dados serem interpretados. Um capitão do colégio militar de Manaus já está enviando apostilas para as professoras dos pelotões de fronteiras em Tabatinga e na Cabeça do Cachorro, através dessa rede, para o que ele chama de teleeducação, educação à distância. Enfim, essa rede serve para transmitir dados gerados pelo sistema, e também, para toda essa conexão, para essa integração, inclusive, para a promoção de inclusão social dessas comunidades que estão remotamente espalhadas pela Amazônia.

Faz parte também do Sistema um equipamento chamado equipamento de rádio de terminação, que é uma maleta. Por onde esta maleta estiver andando no meio da selva com equipes fiscais... Essa tem uma antena que tem duas funções: uma de geoposicionamento, ou seja, nós sabemos a latitude e a longitude precisa de onde esta equipe de campo está andando pela Amazônia, isso em tempo real na tela do computador, e também, a função de comunicação. Uma maleta dessas transmite dados, envia *e-mail* para a central, para uma outra maleta, para um terminal de usuários ou, até mesmo, um *e-mail* para casa, daquela pessoa que está no campo há muito tempo.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Isso é similar àqueles equipamentos que o IBAMA tem - estou vendo o Sr. Hugo chegar ali – como aquele equipamento... Como é que se chama, Sr. Hugo? O *auto-track*.

Hoje, nós já temos, por exemplo, pegando o exemplo do IBAMA, uma equipe. O gerente do IBAMA em Manaus, no Estado do Amazonas, está indo hoje para o campo, para uma de fiscalização - não vou dizer o local para não atrapalhar a operação dele -, com uma equipe carregando essas malas numa operação toda montada no centro regional de Manaus.

Na parte de vigilância aérea, nós temos toda uma área voltada para a investigação de ilícitos. O ilícito na Amazônia tem muito a ver com o transporte pelo rio, com o transporte aéreo, e com as comunicações por rádio. Hoje nós damos suporte para os barcos da Polícia Federal e para os barcos da marinha. Os barcos da polícia já estão com esse equipamento nosso, de rádio de terminação; os navios da marinha, que são oito na Amazônia, têm esse equipamento e se comunicam conosco. Teve um incêndio, por exemplo, no Município de Barcelos, onde conseguimos que um navio da marinha, um navio de assistência hospitalar – NasH, se deslocasse para as proximidades. Num helicóptero foi transportado o pessoal do corpo de bombeiros para ajudar a apagar o incêndio. Nosso pessoal da meteorologia dava a direção dos ventos para saber onde posicionar as equipes que estavam detendo o fogo. A nossa aeronave levantou em caráter emergencial, fez um sobrevôo na região. Então, já estamos atuando ainda que, com algumas limitações por não estarmos totalmente implantado, mas já há uma atuação.

As atividades ilícitas na Amazônia: o tráfico de drogas - nós trabalhamos muito com a Polícia Federal e semana que vem estarei em Tabatinga com o pessoal da polícia -, as plantações ilegais como a da maconha, a retirada ilícita de madeira, os desmatamentos ilícitos, as áreas de minerações, a tudo isso nós esperamos dar o suporte.

Passamos já, sistematicamente, para a polícia todas as linhas de vôo que cruzam a nossa fronteira. Qualquer linha de vôo que cruza a nossa fronteira, que nós detectamos na tela, é armazenado e transmitido para a Polícia Federal. O ponto inicial onde aparece essa linha de vôo na tela, o ponto final e a que horas cruzou a fronteira.

Bom, faz parte, também, do sistema um conjunto de equipamentos de detecção de comunicações. Temos três equipamentos que chamamos de GHF que recebem sinais de alta frequência, um em Boa Vista, um em Belém e outro em Porto Velho. Esses ainda não entraram em operação, já estão os três instalados, mas ainda não estão operando por alguns problemas de implementação. Esses sensores detectam sinais, sinais de áudio, inclusive podemos escutar conversas, por exemplo, de traficantes nas fronteiras, de qualquer ponto na Amazônia. Nós obtemos sinais de áudio e a direção desse sinal. Esse sinal sendo detectado por mais de um desses sensores, por uma triangulação se sabe, aproximadamente, a posição de onde está vindo este tipo de sinal.

Além disso, as oito aeronaves também são equipadas com esses sensores para mapear o espectro eletromagnético, sintonizando as mais diferentes frequências.

Temos aqui, para esse sistema, uma parceria com a ANATEL. Há funcionários da ANATEL trabalhando conosco dentro do centro de Manaus. Temos todo o cadastro de emissores de sinais da ANATEL e, com isso, nós sabemos quais são os emissores credenciados. Aqueles que não são credenciados são pelo menos suspeitos. Aliás, têm alguns credenciados que também são suspeitos.

Nós retiramos da nossa base de dados, por exemplo, os emissores de rádio táxi. Não nos interessa ter todos esses dados. Em Manaus são mais de trezentos rádios táxis na base de dados. Nós nos voltamos mais para aquelas emissões de sinais de atividades não urbanas.

A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO – FALA FORA DO MICROFONE)  
– Essas aeronaves tem um tempo diário de vôo ou é uma missão? E essa missão é uma missão específica?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O SR. EDGAR FAGUNDES - Atualmente, são levantadas sob demanda. No caso da aeronave de vigilância aérea, eu diria até que nós, do Sistema, temos pouco controle. Está toda com a aeronáutica a vigilância aérea. Nós, apenas, recebemos os dados na nossa tela, mas não planejamos a missão, não operamos a missão da aeronave de vigilância. Mas, da aeronave de sensoriamento remoto, que é esta aqui, que tem os radares, os mapeamentos, nós temos uma programação trimestral, que é muito em função do nosso orçamento.

Para o próximo trimestre, eu já sei que está na programação o Estado de Mato Grosso, pegando a área da Reserva Roosevelt e Machadinho D'Oeste que é em Rondônia, mas o vôo pegará toda essa região de Rondônia e Mato Grosso. Nós temos sobrevôos na área de fronteira: Rio Javari, Cabeça de Cachorro. Para cada aeronave dessas nós temos até setecentas horas de vôo por ano, mas, depende muito do nosso orçamento, da capacidade de voar. Temos boas perspectivas com alguns parceiros ricos, como a PETROBRÁS, que se interessa em fazer sobrevôos na Amazônia e patrociná-los. Tudo isso entra numa programação trimestral da aeronave. Ela pode se levantar em caráter emergencial, como em um incêndio de Barcelos, no Estado de Mato Grosso, e nos incêndios de Roraima.

Nós temos uma área dentro dos centros regionais que se chama PLACOM-Planejamento de Controle de Missões. Nos *softwares* que estão nessa célula, como nós chamamos, podem-se mapear todos os recursos desses órgãos. Por exemplo, a Polícia pode dizer ali quantos barcos ela tem, onde ficam esses barcos; o IBAMA pode dizer quantas caminhonetes ele tem, onde estão localizadas. Então, nós temos a infra-estrutura para uma operação na Amazônia. A partir daí, nessa célula, no PLACOM, nós podemos organizar, planejar, monitorar e acompanhar as missões de campo. Sejam elas missões da Polícia, da FUNAI, do IBAMA, das Forças Armadas, etc.

Um outro exemplo: a semana passada foi a semana da biodiversidade, houve um evento grande em Manaus e foram separadas três áreas de reserva, inclusive, uma reserva urbana. E foram muitas pessoas para o campo, crianças, adultos, alunos da universidade, fazer um levantamento da biodiversidade nessas áreas. Foi uma equipe só de insetos, outra de aves e fauna, outra de vegetação, para fazer o levantamento naquela pequena área. Esse pessoal planejou essa operação de campo, lá, conosco e também levaram essas maletas para o campo para podermos monitora-los, inclusive, para uma questão emergencial, porque qualquer um está sujeito, na selva, a mordida de cobra, a um acidente, e na maleta tem um botãozinho vermelho que quando acionado sai uma mensagem de cor diferente na tela para dar um alerta, etc.

Aqueles ali são exemplos de missões que já foram planejadas lá. Aquela ali é uma rota de um navio da Marinha.

Nós damos apoio a várias operações, como temos citado. Os pesquisadores do INPE, no Projeto LBA, em Rondônia, já estão utilizando equipamentos da aeronave. Os pesquisadores do INPA, também, já vão para campo. Há uma pesquisadora que ficou trinta dias no campo pesquisando o pium, o borrachudo, esse mosquitinho. Ela levou uma maleta e todos os dias, coletava os dados para pesquisa e os enviava via maleta. Esses dados já entravam numa base de dados georeferenciados, ou seja, no final da operação já havia no mapa todos os pontos que ela tinha passado e os dados que tinha levantado.

Ali, é a operação de Barcelos. Essas linhas ali são linhas de sobrevôo da aeronave, na ocasião. Ali, é a área da operação Timbó que será desenvolvida.

E ali, finalmente, é o que eu chamo do novo mapa da Amazônia, um mapa aí da nossa soberania. É um mapa mostrando a quantidade de instrumentos de instalações que nós temos - ainda está longe de terminar as instalações -, na Amazônia para sensores e instrumentos de coleta de dados. E aí vai depender muito da nossa capacidade de organização, sistematização e disponibilização dessas informações. É isso que nós, não só contamos, mas precisamos contar com

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

os órgãos parceiros, com as universidades, instituições de pesquisas, as ONGs e demais segmentos da sociedade.

Nós estamos num processo de ativação desses três centros regionais, que nós chamamos de operação preliminar, discutindo os conceitos operacionais, ou seja, discutindo como é que têm que funcionar esses centros, porque isso foi concebido na década passada por uma empresa americana que entregou tudo isso para nós. Esse investimento foi de 1,4 bilhões de dólares. E, agora, nós precisamos rediscutir como operacionalizar isso. Foi de 1,4 bilhões de dólares o contrato entre o Governo Brasileiro, a *Raytheon*, EMBRAER e a *ATECHI*. A EMBRAER é brasileira. As aeronaves foram feitas no Brasil, mas equipadas nos Estados Unidos. Então, é um investimento muito grande para não utilizarmos. Quanto mais soubermos utilizar isso, melhor para todos nós.

Eu diria que esse conjunto de instrumentos do SIVAM, fazendo um paralelo com a um edifício que já foi construído e a partir de agora, nós, todos esses órgãos, vamos ocupar isso. E nós, do SIPAM, somos apenas o síndico que está organizando como os condôminos irão usufruir o Sistema, mas o Sistema é de todos.

Temos uma grande dificuldade com recursos humanos, vamos precisar contratar muita gente, e não é fácil encontrar profissionais com esses perfis na área de sensoriamento remoto e geoprocessamento. O povoamento da base de dados, nós estamos povoando a nossa base de dados com informações dos diversos órgãos. O IBAMA hoje, já colocou no sistema todas as unidades de conservação federal; a FUNAI já colocou todas as terras indígenas, cadastros georeferenciados, polígonos; a PETROBRÁS está entrando com vários dados; enfim, estamos fazendo o povoamento de dados e recebendo as instalações, os equipamentos, a medida que o sistema vai ficando pronto.

Agora temos também já aprovado, que o Governo passado havia suspenso, a implantação do Centro de Coordenação Geral de Brasília. Em Brasília temos um escritório, que é muito pequeno, que será ampliado com a denominação de CCG-Centro de Coordenação Geral, onde está sendo instalado um núcleo de telecomunicações e daqui a dois meses estará operando.

Nessa fase de ativação, no momento, nós estamos trabalhando com cinco áreas pilotos, fazendo alguns mapeamentos, gerando alguns produtos dessa área piloto. Mas já estamos disponibilizando imagens por satélites, base cartográfica digital, um para duzentos e cinquenta mil, uma base temática que temos já algumas coisas prontas.

Em resumo, muito resumido, porque o sistema é muito grande, o desafio é maior ainda e precisamos estabelecer essa parceria.

Mais uma vez eu elogio a iniciativa dessa Audiência Pública, e quero dizer que nós estamos totalmente à disposição, nos nossos centros regionais, particularmente o de Porto Velho, que estará interagindo mais com Mato Grosso.

A instalação recente do Centro Estadual de Usuário, aqui em Cuiabá, é o início de uma integração, e nós acreditamos que temos muita coisa pela frente, do que nós chamamos de proteção da Amazônia. Aqui tem o nosso *e-mail*, telefone, agradeço a Deputada, e a todos os senhores pela atenção.

E nós nos colocamos à disposição das perguntas, muito obrigado (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Vamos voltar aqui eu faremos do plenário mesmo? Então, eu gostaria de convidar as pessoas que estavam à mesa, para retornarem.

Com a palavra o Sr. Rodrigo Justus de Brito, que é da FEMA, para falar da Central de Usuários, aqui. É esse o nome, não é?

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Bom-dia a todos, inicialmente eu gostaria de agradecer a Deputada Verinha Araújo, por esse convite.

Em rápidas palavras, falar sobre o Centro Estadual dos Usuários, que é uma célula do Sistema do SIPAM, na verdade do SIVAM, que é esse conjunto de órgãos que fazem essa

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

troca de informações através de suas bases de dados. Nós aqui inauguramos recentemente o Centro Estadual de Usuários, que se localiza nas dependências da FEMA. Esse Centro, de fato, já vem sendo protelada por dois anos a sua instalação, aqui, no Estado. Os equipamentos, inclusive, estavam há um ano e meio guardados lá na FEMA. Até hoje, se fôssemos adquirir esses equipamentos, já estaríamos com um *up grade*, até numa condição rádio de *softer*, digo mais na parte de equipamentos. Hoje se nós fôssemos comprar, compraríamos um equipamento mais avançado, apesar de que são dois equipamentos de ótima qualidade que nós até já temos feito algum uso interno desses equipamentos.

Nós não temos equipe para operar esse sistema ainda. Mato Grosso e acho que Maranhão foram os dois únicos Estados que não compuseram equipe. Os treinamentos já foram feitos aos Estados no ano passado, e infelizmente Mato Grosso deixou de encaminhar seus técnicos para fazer esse treinamento. A administração anterior deveria ter formado e mandado uma equipe, e nós, hoje, já estaríamos em plena operação. Então, nós não estamos operando, porque infelizmente Mato Grosso faltou a esse treinamento.

Mas, nos foi dada uma segunda oportunidade onde os faltosos, no caso, Mato Grosso e Maranhão, poderão encaminhar as suas equipes. E no âmbito da FEMA, através do nosso Coordenador de Geoprocessamento, o Sr. Roberto Siqueira, a Sr<sup>a</sup> Heolinda e a Coordenadora de Informática estão triando aqueles servidores que tenham capacidade e vontade de operar esses equipamentos para que nós possamos fazer o melhor uso e que possamos também, disponibilizar aos demais órgãos da administração pública todas as informações não só geradas como alimentadas a partir... Porque o Centro Estadual de Usuários é feito para se fazer uma troca, porque, na verdade, nós temos essa interface dentro do SIVAM, que nós também alimentamos. Aliás, o Sr. Edgar Fagundes bem colocou aqui, que a meta, hoje, não é desenvolver apenas novas tecnologias, mas, sim, povoar esse banco de dados porque ele está vazio.

Hoje nós temos a capacidade de comunicação e integração, mas nós não estamos sistematizando esses dados que é a tarefa do agora. Que é nos enquadrarmos numa mesma linguagem, que possamos através desses dados termos informações de qualidade e utilizarmos o desenvolvimento agrícola e tudo mais.

Nesse sentido, convém dizer que Mato Grosso - que é o Estado que mais tem impacto, hoje, do avanço da fronteira agrícola -, é o Estado que foi na concepção do projeto pouco premiado em relação a algumas questões. Nós não temos, por exemplo, um radar meteorológico aqui, no Estado. Nós temos as estações terrestres que produzem alguns dados. Mas o radar meteorológico no Estado, que é o celeiro do Brasil, seria de uma certa importância para que nós possamos melhor dimensionar a atividade, evitar perdas e fazermos melhores previsões.

Nós sabemos que a equipe que aqui, hoje, se encontra não é a responsável diretamente pelo o projeto que já vem há anos se desenrolando, com certeza, não foi idéia deles e não colocaram aqui esses equipamentos. Nós temos que lutar para que tenhamos também essa disponibilização. Mesmo que, no futuro, nós possamos melhorar, porque o espaço Sul da Amazônia, no caso Mato Grosso, ficou desguarnecido de um radar meteorológico e que seria de vital importância para nós termos também esse equipamento. Que não ficasse apenas lastreado Porto Velho, Manaus e Belém.

O SR EDGAR FAGUNDES - São dez radares.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Sim. Essa parte, no futuro, nós teremos que trabalhar nela. Nós esperamos muito também do projeto. Já estamos desenvolvendo. Já fizemos reuniões diversas aqui em Cuiabá. Na verdade, esse já é o nosso terceiro encontro, aqui, nesta Audiência Pública.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Na semana retrasada, nós fizemos uma reunião técnica sobre como vamos aproveitar melhor essa questão dos mapeamentos, dos imageamentos, para que possamos ter uma base cartográfica de qualidade, um sensoriamento remoto mais eficiente e possamos evitar os ilícitos que estão sendo diuturnamente praticados. Nós precisamos melhorar a questão do nosso sensoriamento de desmatamento.

Hoje no sistema adotado, nós temos a imagem de mais de uma vez ao ano. Nós sabemos que certas tecnologias, através do SIVAM e do próprio Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA e do INPE, nós podemos trabalhar com Satélite em *moldes* para que tenhamos um alerta de desmatamento num prazo curto. Que pelo menos tenhamos duas vezes por mês um mapa, mesmo que grosseiro, identificando as regiões afetadas para que possamos parar certas atividades antes que elas sejam concluídas; e não apenas uma vez por ano sabermos que o nosso passivo de desmatamento foi de um milhão de hectares ou oitocentos mil hectares/ano. Que esses desmatamentos que venham a ocorrer, ocorram de forma legal nos limites permitidos pela legislação.

Nós esperamos uma base cartográfica, também, feita através dessas tecnologias que, aqui, foram colocadas pelo Sr. Edgar Fagundes, para que possamos melhor planejar o uso do nosso Estado e nós façamos com que todas essas riquezas que temos, sejam capazes de gerar bem estar neste Estado. E que no futuro nós tenhamos uma qualidade de vida melhor em Mato Grosso.

Então, são essas as nossas colocações pela equipe da FEMA. Nós estamos trabalhando, estamos desenvolvendo um cronograma de atividades, inclusive, do que queremos para o Estado. Nós temos aí ferramentas fantásticas e ao mesmo tempo nós temos dificuldade operacional e, que o Estado se dispõe a pagar combustível de aeronave, para sobrevôo. O Estado também quer colocar recursos e nós vamos ajudar para que esse projeto se transforme em algo que, realmente, no futuro olhemos para trás e digamos: Valeu à pena todo esse gasto que foi feito no projeto! Muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra ao Sr. Leovaldo Salles, o Coronel Salles, que hoje está coordenando um projeto que é o monitoramento na área de fronteira, até com vista ao que foi exposto aqui. Que o senhor fale um pouquinho desse trabalho na fronteira, em Cáceres, associado a essas informações aqui já expostas, nesta manhã.

O SR. LEOVALDO SALLES – Bom-dia a todos, eu gostaria de parabenizar a Deputada Verinha Araújo por essa iniciativa, parabenizar o Sr. Edgar Fagundes pela exposição do SIPAM/SIVAM.

Eu quero dizer, Deputada Verinha Araújo, que esta manhã foi muito proveitosa, porquanto de algumas informações que nos chegaram a respeito das possibilidades que o SIPAM/SIVAM nos oferece a partir de agora. Nós somos coordenadores de um Projeto que intenciona, Sr. Edgar Fagundes, a melhoria da segurança na fronteira Oeste; especificamente, na fronteira que a Bolívia tem com o Brasil dentro do território mato-grossense. Esse Projeto tem o financiamento do Governo Federal e é dividido em duas etapas. Nós estamos na primeira fase conclusiva, que consiste, efetivamente, na implementação de uma estrutura melhorada de segurança pública na região da fronteira.

Nós temos construído uma sede em Porto Esperidião e eu acredito que, para nossa felicidade, nós estamos a 500 metros de um radar transportado do SIVAM. Nós conhecemos muito bem a essas instalações lá, em Porto Esperidião e na semana passada, nós fomos convocados pela aeronáutica no sentido de compormos a força de segurança dessa estação que o SIVAM possui, em Porto Esperidião, uma vez que nós somos a força repressiva mais próxima lá, em Porto Esperidião.

Eu acho que já somos parte integrante, parceiros nesse processo. Essa primeira etapa na implementação da melhoria de segurança de fronteira vem de uma necessidade do Governo

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

Federal e estamos agora, completando uma etapa interessante para o Projeto, que é o treinamento do pessoal que operará uma estrutura, uma infra-estrutura que nós lançamos na região de fronteira, com viaturas, com uma rede de comunicação operativa, com integração na área de inteligência com a Polícia Federal, com o Exército Brasileiro, com os órgãos de segurança que operam a segurança de fronteira.

Hoje, infelizmente, a segurança que opera na região de fronteira é absolutamente artesanal e não temos comunicação na nossa fronteira. Hoje, nós temos alguns policiais que se aventuram a fazer segurança na fronteira, sendo a nossa fronteira totalmente insegura.

Não se pode vislumbrar segurança e combate efetivo ao narcotráfico, por exemplo, no Rio de Janeiro, sem pensar em fechamento de fronteiras. Seria semelhante a cercar um terreno em baixo de chuva. Não adianta toda boa vontade e competência do Governo atual do Rio de Janeiro; toda boa vontade do Governo Federal em integrar forças no sentido de reduzir conjugação de outras atividades e ações sociais se não fecharmos fronteira; não adianta colocar e encher o Rio de Janeiro de policiais.

A nossa fronteira, hoje, é espaço vulnerável e nós estamos indo para a fronteira com uma esperança muito grande de sermos um redutor, eu falo em termos de esperança, de ser um redutor da criminalidade que hoje opera na região de fronteira. Por quanto, o nosso projeto contempla uma solução muito razoável no aspecto terrestre, nós seremos um grande obstáculo à criminalidade na região de fronteira, pois o nosso projeto foi concebido integralmente para operar em terra. Nós temos uma ambição de fazer o fechamento de vários pontos críticos onde o narcotráfico, onde o descaminho, onde o contrabando, onde a prostituição infantil faz da fronteira ambiente vulnerável e propício à prática criminal.

Agora, com essa possibilidade do SIPAM e daqui para frente eu vou colar muito aqui, no Sr. Rodrigo Justus de Brito, nós vamos conversar muito, porque o SIPAM nos traz uma esperança maior de qualificação das ações que vamos fazer em terra. Vai nos oferecer a oportunidade de termos o monitoramento da evolução das estradas que nós aqui, na região, conhecemos como cabriteiras. Porque até agora, com essa segurança incipiente que opera na região de fronteira, nós ficamos brigando de gato e rato. Nós fechamos uma estrada e na manhã seguinte ou no dia seguinte, o crime já construiu uma outra e nós não temos como acompanhar essa evolução.

Por quanto o SIPAM nos amplia a possibilidade das ações do Grupo Especial de Fronteira, no qual eu sou o coordenador. E nos abre o horizonte também para operarmos como força de apoio às ações do IBAMA, às ações da própria FEMA, no combate aos crimes ambientais que acontecem com muita frequência na região de fronteira. Daí a nossa satisfação e a nossa esperança redobrada e o agradecimento de estar nesta manhã, aqui, aprendendo e vislumbrando outras soluções que vai qualificar muito mais, que vai trazer um sentido muito mais diferenciado e amplo daquilo que nós tínhamos pensado originalmente para o GEFRON. Sr. Rodrigo Justus de Brito, eu o estarei sempre procurando. Eu acho que a partir desta manhã inauguramos um canal de comunicação, porque sendo parte integrante da segurança do SIVAM, nós queremos também ser usuários de todas as possibilidades que o SIVAM possa nos apresentar, inclusive, com a expectativa de sermos ou termos um terminal do usuário lá na própria sede nossa, em Porto Esperidião (PALMAS).

A nossa esperança, como coordenador do GEFRON, é reduzir, e nós, Sr. Edgar Fagundes, já conseguimos algumas conquistas, mesmo operando de maneira precária. Nós temos resgatado economicamente aquela região de fronteira, só com a notícia da nossa existência.

Na semana passada, no cumprimento dessa etapa de treinamento, fazendo o reconhecimento da fronteira durante uma andança de dois dias, parte do grupo apreendeu quatro veículos roubados, sendo dois caminhões, duas carretas, um Golf e um Corsa. Um deles produto de latrocínio no Estado do Espírito Santo. Latrocínio é um crime que a pessoa mata para roubar. O

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

corsa foi roubado no Espírito Santo no dia 04 de fevereiro, e no roubo desse corsa duas mortes foram realizadas. E o GEFRON mesmo operando... Esse treinamento mesmo tendo o caráter instrutivo e pedagógico ajudou-nos a detectar na fronteira, esse veículo.

Fizemos a apreensão de um narcotraficante que a Polícia Federal em Cáceres estava à sua procura. Por causa disso a Polícia Federal, em Cáceres, tem prosseguido numa investigação interessante para a segurança. Um caminhão foi apreendido com mercadoria de descaminho, sem nota fiscal e enfim, a nossa fronteira, hoje, é ambiente vulnerável e propício para toda essa prática.

A nossa esperança agora é ampliarmos as nossas possibilidades de sermos uma grande agência mato-grossense contra o crime organizado, que vai trazer um resultado muito bom, não apenas para o Estado, mas para o Brasil e com um pouquinho de ousadia e ambição, talvez para o mundo.

Muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Nós vamos passar agora ao Sr. Hugo, que é o nosso Coordenador-Geral do IBAMA, no Estado de Mato Grosso.

O SR. HUGO JOSÉ SCHEUER WERLE – Em primeiro lugar gostaria de pedir desculpas pelo involuntário atraso, dado que há uma greve coletiva de transportes, muito justa por sinal, e com todo o nosso apoio. Todavia ela nos trouxe transtornos na questão gerencial e nós podemos chegar só à hora em que chegamos.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à Deputada Verinha Araújo pelo convite; à equipe do SIVAM e SIPAM pela oportunidade de debater pela primeira vez, o que de fato consiste de forma mais prática a pesar de que nós já tivemos uma reunião com eles na própria gerência do IBAMA. Porém, foi uma reunião muito mais no sentido de informar, no sentido de passar genericamente de que trata o sistema de proteção.

Eu serei bastante breve, porque, assim como os senhores - a despeito de eu ter uma grande demanda dos serviços que o SIPAM pode fornecer-, eu pretendo escutar. Eu escutei bastante já sobre quais poderiam ser as utilidades, quais poderiam ser as formas que o IBAMA poderia utilizar melhor o sistema SIVAM /SIPAM.

Claro está que o IBAMA talvez seja o maior parceiro, ou um dos maiores parceiros do sistema, a medida em que ele tem uma abrangência em toda essa área, no Sistema de Proteção da Amazônia, por se tratar de um órgão federal. E como já foi dito aqui, já foram lançadas na base de dados as unidades de conservação federais - não sei se todas, mas de qualquer forma a base já está sendo alimentada pelo próprio IBAMA-, e certamente o IBAMA Brasília, ou seja, a sede tem uma série de outras contribuições no que tange a questão ambiental.

Nesse sentido, por exemplo, nós podemos pontuar ações de alimentação do sistema com relação ao Pantanal mato-grossense, que é um patrimônio da humanidade; ações de alimentação com relação aos principais focos de desmatamento e de queimadas, mesmo que controladas e, por outro lado, servir-se de um sistema mais ágil de obtenção de informações.

E aí vem um dos primeiros questionamentos, que ficará à Mesa e para quem puder me responder. Se por um lado nós temos um sistema de satélites que monitoram a questão das queimadas e anualmente nós temos um sistema de levantamento desse orçamento - Mato Grosso já tem tradição, talvez seja o único Estado que tenha tradição quanto a isso, outros Estados estão começando agora-, e nós entendemos que há, com relação ao desmatamento, como o Sr. Rodrigo Justus de Brito já falou, um problema muito sério, porque nós passamos a ter um balanço somente no final do ano. E a bem da verdade, nós precisaríamos de um levantamento mais contínuo e mais preciso sobre o que, na gíria, é chamado de brocamento, pois, poderíamos acompanhar onde está sendo feita a retirada da madeira e prevenir, naquelas áreas, o desmatamento e, após isso, a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

queimada. Eu acho que nesse caso o Sistema SIVAM/SIPAM poderá auxiliar de forma importante o IBAMA.

Esse é um questionamento que eu deixo e como é que poderia ser, efetivamente, a contribuição do Sistema ao IBAMA.

Por outro lado, o próprio IBAMA tem na sua concepção, desde o ano passado, a idéia de abandonar o atual sistema de controle de transporte de madeiras, onde são geradas as ATPFs, que, aliás, poderá ser um assunto nesta semana ou nas próximas semana, de uma controvérsia, porque, para quem não sabe, a ATPF é autorização de transporte de produtos florestais. E, aqui, em Mato Grosso nós temos, principalmente em Sinop, em seus escritórios, um dos maiores consumidores das ATPFs. E essas ATPFs estão em falta, porque consome-se de maneira impressionante e quase sem controle, eu diria sem controle nenhum, a despeito de serem documentos valiosíssimos que são impressos na casa da moeda.

Há uma necessidade, eu entendo isso e tenho discutido com os colegas do IBAMA, de se mudar o Sistema, de se tentar fazer o implante de algum *ship* em nível da própria madeira, da tora, no momento em que ela for abatida e, a partir daí, fazer o controle até a madeireira e depois disso, passa a ser uma responsabilidade fazendária. Talvez, o que pode refletir assim em nível de ICMS, alguma coisa desse gênero. Claro que isso ainda é um escopo de uma idéia.

O Sistema de monitoramento poderia servir muito bem como o captador desse transcurso, desse trajeto que essa madeira percorreria, já que ela estará com o *ship* acoplado, e aí poderíamos saber qual é o caminho que essa madeira segue. Então, essa é uma possibilidade.

Agora, eu vou puxar um assunto que eu acho que deveria ser mais debatido e que não reflete diretamente nessa questão do SIPAM, que é a questão da alimentação contínua de dados.

Aqui, no Estado de Mato Grosso, eu tenho percebido que o Governo do Estado, esta gestão de agora, está bastante preocupada com isso, com a possibilidade de se ter uma ferramenta, um instrumento de gerenciamento de controle das atividades. E que ela não seja estanque, que não pare simplesmente no tempo que recebeu a informação. É o caso do zoneamento sócio-econômico-ecológico de Mato Grosso, que deveria ser mais debatido.

Eu acho que nós temos uma quantidade enorme de informações disponíveis em que umas vão até o ano de Um mil novecentos e noventa e sete e Um mil novecentos e noventa e oito; outras até o ano Dois mil e outras até o ano de Dois mil e dois. E não há uma alimentação contínua das mudanças, tanto no que se refere à questão dos ecossistemas, dos biomas de Mato Grosso, quanto com relação à própria dinamicidade da economia.

Então, dados catalogados no ano de dois mil - aí estou falando para o zoneamento sócio-econômico-ecológico-, quando o algodão estava no auge e se sabia que produzia algodão em grande quantidade em Primavera do Leste, Campo Verde, Campo Novo do Parecis, hoje, já não são mais validas, porque a economia nesses dois anos evoluiu que de uma tal forma que boa parte desses produtores de algodão abandonaram essa cultura em função de problemas de doenças e em função do preço que a soja adquiriu, mudaram de cultura. E hoje nós temos um mapa que o zoneamento apresenta defasado, porque a economia foi tão dinâmica que desatualizou e tornou obsoletas algumas informações nele constantes.

Não sei se o Sr. Rodrigo Justus de Brito concorda comigo, mas a Sr<sup>a</sup> Deputada pode ter certeza que essa é uma questão que deve ser debatida com muito cuidado e de forma rápida.

Em relação ao SIVAM/SIPAM, eu entendo que nós temos um problema também, porque de nada adianta alimentarmos o Sistema para um determinado momento, para uma ação passada; e no futuro novas lonas, novas unidades de conservação serão criadas e não haver um Sistema de alimentação constante.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Quanto ao desmatamento de dois mil e dois de Mato Grosso, eu duvido que o IBAMA de Mato Grosso já o tenha na base de dados para alimentar de forma legal e organizado o SIVAM/SIPAM. Talvez tenha do ano de dois mil e um, mas de dois mil e dois não tem.

Os senhores vejam que alta tecnologia, que os 1,4 bilhão de dólares gastos, serão de muito pouco valia se não soubermos utilizar isso de forma mais adequada, de forma mais coerente, de forma mais ágil.

Eu acho que esse é o grande ponto que sobra para os gestores do SIVAM/SIPAM. Aqui está o Sr. Nelmo Roque, que é um dos coordenadores e que terá que achar soluções para essa questão.

Eu acho que essa minha contribuição é muito mais no sentido de questionamento. Não tenho dúvidas nenhuma de que serei um grande parceiro, enquanto usuário, inclusive, gostaria de participar, de colocar técnicos à disposição desses treinamentos que o IBAMA irá fazer, como já foi feito o convite pelo Sr. Rodrigo Justus de Brito, da FEMA.

Eu gostaria de ter terminais, apesar de que nós temos, em todas as unidades de conservação, nos escritórios, nas sedes, instaladas antenas de captação de informações, mas ainda não temos os terminais para utilização dessas informações que vamos captar. Isso temos que pensar também, pois seremos, com certeza, grandes usuários. Ficaremos muito satisfeitos se, efetivamente, o sistema SIVAM/SIPAM funcionar para a área ambiental. Não tenho dúvidas disso. Muito obrigado (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quando recebemos o convite da Senadora Serys Slhessarenko, para propiciarmos este debate com o grupo que hoje se faz presente do SIVAM e do SIPAM - e eles já estiveram aqui fazendo visitas mais técnicas a órgão, parceiros -, nós pensamos, nesta Audiência Pública, em convidar o Coronel Leovaldo Sales, que está no GEFRON, que é um trabalho de poucos meses, mas ele já coloca todas as dificuldades que tem enfrentado e os resultados dessa ação na fronteira. Nós pensamos em convidá-lo pois é importante que este trabalho que foi relatado aqui, nesta manhã, seja mais publicizado e que realmente seja uma rede. Nós percebemos nas exposições que ele é uma rede que pode se tornar uma rede social em relação à saúde, por exemplo, aqui expressou a pesquisa em relação à questão do mosquito da dengue, o problema da febre amarela que também é na fronteira, na região de Cáceres, onde o Coronel Leovaldo Salles está.

Nós podemos integrar isso à questão da educação ambiental com vários órgãos que hoje realiza no Estado com escola, com acesso as informações, com a área ambiental, com a área da agricultura, quer dizer, há uma dimensão. Não temos que saber realmente utilizar essa instrumental para fazer jus ao que já foi gasto.

Eu perguntei o valor, porque há uma preocupação que eu gostaria que o Sr. Edgar Fagundes depois respondesse, porque, esse é um custo inicial, mas ele tem um custo de manutenção e há que se pensar, o que é que os senhores estão planejando para manter a qualidade?

Porque, tem todo uma série de instrumentos que foram gastos, e para manter essa qualidade atualizada diante da demanda futura, qual é a disponibilidade financeira, também nossa, de contrapartida do Governo Federal, e dos Governos Estaduais, para utilizarmos esses instrumentos.

É uma questão, que eu gostaria que fosse respondida. E também, saber para Mato Grosso, diante da pergunta do Sr. Rodrigo Justus de Brito, aqui nós temos uma demanda também, em relação a outros Estados, onde estão instalados a Centrais de Vigilância, como é o caso de Belém, Porto Velho, Manaus, e para Mato Grosso, qual seria a perspectiva?

Nós gostaríamos de anunciar que está aqui entre nós, o Sr. Alberto, Técnico do INCRA; o Sr. José Antônio, engenheiro do INCRA; o Sr. Antônio Carlos, representando o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

Deputado Ságuas. O Deputado Ságuas não está presente porque está acompanhando posses, hoje, na região de Cáceres, da equipe do INCRA, parece-me. É isso Sr. Antônio Carlos?

Nós temos aqui inscrito o Sr. João Batista, que é funcionário da Assembléia Legislativa; está aí o Sr. João Batista? Está, por favor, Sr. João Batista; depois a Sr<sup>a</sup> Edna, do SEPLAN; depois a Sr<sup>a</sup> Maria Luiza Zaniratto, do SINTEP.

Com a palavra, o Sr. João Batista Domingues.

O SR. JOÃO BATISTA DOMINGUES– Eu sou engenheiro e estou sempre sendo solicitado, porque sou especializado também, no estudo biológico projeto de drenagem.

Quando começa a chover muito, eu penso alguém vai me chamar e acabam me chamando mesmo. Eu me furto a um chamado é muito difícil, está certo? Este ano mesmo, o Estado de Rondônia já me chamou e eu disse que iria lá por uma questão humanitária, não financeira. E aconteceu um fato muito interessante, porque começou a chover muito rodando pontes e bueiros, então me chamaram para fazer o direcionamento hidráulico. Eu liguei para o IBGE de Rondônia não tinham carta; liguei em Manaus para o exercito, não conseguiram mandar a carta; e um particular que tinha carta foi quem me mandou e eu descobri que estava comprando de São Paulo.

Mas uma coisa que nos aflige muito que somos hidrólogos, são as cartas para fazer dimensionamento hidráulico, saber a área da bacia, a declividade. E se o projeto SIVAM puder nos disponibilizar isso, via computador, será uma dádiva. Até mesmo, por exemplo, para o dimensionamento dos dispositivos de drenagem de rodovias, seriam evitadas erosões e tudo isso mais.

Um fato que ocorreu, no ano passado, foi o seguinte: eu fui chamado numa situação para fazer um dimensionamento do rio Cuiabá. Eu fui procurar dados fluviométricos e me senti envergonhado, porque eu fui ao INIMET e lá só trabalham com dados hidrológicos. Os dados hidrológicos também são importantes, mas eu fiquei decepcionado, porque eu pensei que o posto nosso aqui fosse pluviográfico. Eu conversando lá com a hidróloga, ela me disse: “Não. Aqui são dados coletados, não são automatizados”. Então, dá a impressão, por exemplo, que em Cuiabá se chove mais do que em Sinop. É uma coisa que... Eu perguntaria: esses dados meteorológicos vão medir a altura de chuva de forma sistematizada? E quanto às cartas topográficas para elaboração de estudos hidrológicos e a leitura de régua? Porque eu achei mais fácil obter a leitura de régua lá nos Estados Unidos do que aqui no Brasil. Eu fui ao INIMET, eles só trabalham com dados hidrológicos.

Antigamente tinha o DNAE que mandava uma lista com os dados históricos. Mas, hoje, para dimensionar uma ponte no rio de grande importância, como eu já dimensione lá em Rondônia, várias pontes lá, e naquela época era mais fácil obter os dados do que hoje. Hoje eu não sei quem fornece os dados pluviométricos de um rio. Você poderia me responder isso? Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Edna.

A SR<sup>a</sup> EDNA - Bom-dia a todos os membros da Mesa. Eu gostaria de agradecer a Deputada Verinha Araújo pela oportunidade que está dando a todos nós que ouvimos falar do SIVAM/SIPAM, mas não tínhamos exatamente o esclarecimento do que se tratava e como é que nós, cidadãos, ou membros de instituições públicas poderíamos utilizar desse sistema e das informações que ele dispõe.

Eu queria colocar uma preocupação e até vou aproveitar a citação do Professor Hugo em relação ao zoneamento. Eu sou da Secretaria de Planejamento...

(NESTE MOMENTO HOUVE UM PROBLEMA TÉCNICO)

A nossa grande preocupação é a seguinte: normalmente, os Governos tanto em nível federal, como em nível estadual, têm recursos para determinados projetos e investem na

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

captação desses recursos. Mas, muitas vezes a captação desses recursos implica endividamento do Estado, da Nação e não numa demanda efetiva dos Governos sobre o que fazer com aquele projeto. Acho que o zoneamento foi um exemplo disso no sentido de que existia uma perspectiva de construir um modelo de desenvolvimento para Mato Grosso que fosse sustentável, e para isso informações e diagnósticos foram feitos, o zoneamento para ordenamento territorial. E não se tem, hoje, uma sustentabilidade institucional para dar conta da implementação do estudo que foi realizado. Faltam pessoas, falta capacitação, falta recurso, o Estado é deficitário, nós sabemos disso, pois é uma situação geral no Brasil. E agora, nós estamos também vendo o tanto que foi investido no SIVAM e eu não sei se isso é recurso proveniente de endividamento do país... É? Já que estão me dizendo que é, então é mais uma preocupação que nos é colocada. E, por outro lado, nós temos uma tecnologia extremamente avançada e pelo que me pareceu, faltam pessoas para operacionalizar todo esses sistema que é bastante abrangente.

Eu vejo necessidade de se constituir – e eu acho que o Governo Federal tem boa possibilidade de fazer isso –, uma liderança forte e articulada para utilização dessas informações, de modo que elas possam servir para ações de Governo, efetivamente, e não sejam apenas um amontoado de informações que podem servir pontualmente para uma coisa e para outra, mas não servem para dar um direcionamento no desenvolvimento: tanto da Nação, quanto do Estado.

E nesse sentido, eu quero saber o seguinte: Como é que nós podemos nessa troca de informações que foi comentado, que o Sistema daria condições não só dos usuários usufruírem dessas informações do SIVAM, mas também, de estarem estabelecendo trocas; como é que isso poderia ser feito, por exemplo, com a base de dados que hoje Mato Grosso tem sobre o zoneamento? Porque foi um grande estudo realizado e talvez Mato Grosso seja um dos únicos Estados na Federação que têm as informações do tipo que nós temos hoje. Como é que essas informações seriam trocadas com o SIVAM e como é que entra a dimensão humana da ocupação do ambiente? Isso não ficou muito claro na sua fala, como é que fica as ações antrópicas na Amazônia, isso é tratado? A questão da saúde? A questão da educação? A questão, enfim, da proteção das pessoas também, porque o ambiente, ele é protegido, mas em última instancia o que se deseja é que as pessoas possam se relacionar harmoniosamente com esse ambiente. Eu queria saber como é que entra essa dimensão dentro dessa perspectiva do SIVAM? Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra, a Srª Maria Luiza.

A SRª MARIA LUIZA – Bom-dia a todos e a todas!

Também aproveito para enfatizar o agradecimento pela iniciativa da realização desta Audiência Pública, na medida em que a sociedade em geral desconhece tudo o que se tem de organização a respeito de proteção ambiental e, principalmente, na proteção da nossa soberania que é um tema ainda muito reservado. Enquanto educadora, penso que ele tem que extrapolar cada vez mais, embora seja estratégico e da nossa defesa, ele tem que ser cada vez mais socializado; inclusive, para que se tenha mais controle social sobre essas estratégias, porque o SIVAM para nós, cidadãos comuns, veio sobre fraudes, sobre CPI e depois se calou novamente qualquer assunto sobre ele; mas isso não quer dizer que o movimento, por exemplo, que eu atuo, que é o movimento sindical, esteja alheio ao que hoje ocorre na Amazônia.

Nós debatemos e temos, inclusive, participado de fóruns em defesa da Amazônia. E esse instrumento, acreditamos ser fundamental na medida que ele seja disponível para a sociedade. Mas, ele tem que sobrepôr o que ainda é muito técnico, o que ainda vem muito carregado de informação técnica que as pessoas, até de baixa escolaridade, não tem acesso e, principalmente, tem que ser escancarado para que nós possamos pressionar mais e dar direção, participar de decisões a respeito de informações que tem implicações sobre a nossa vida.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Eu vou citar um exemplo do quanto é importante que isso saia apenas do rol técnico. Eu participei de um seminário promovido pela Secretaria Estadual de Educação há um mês atrás, mais ou menos, que foi feita uma exposição sobre conhecimento que se tem de problemas hidrográficos no Estado de Mato Grosso e, por exemplo, eu tive a informação de que nós tínhamos o problema de assoreamento de um rio que foi feita informação técnica para o Governo, mas nenhuma providência se fez e nós perdemos esse rio aqui no Mato Grosso.

Então, não havia falta de informação técnica, não havia falta de instrumentos, nem de pessoas especializadas para orientar o Governo, mas os Governos não tomaram nenhuma providência e era uma providência simples que evitava o impacto ambiental. Com isso, terras foram perdidas, perdemos um rio importante aqui, em Mato Grosso, porque não se tomou uma providência política.

Hoje, nós temos por parte do Governo Federal, e aqui também, a possibilidade de que isso seja tomado pelo Governo e pela sociedade civil é que é no meu entender, o mais fundamental. Precisa extrapolar, precisa ser de conhecimento mais amplo. A Audiência Pública ainda é pequena mais nós precisamos tê-la como um ponto de partida. Nós não podemos ficar sempre entre nós, um grupo reservado, tratando de assuntos que são de abrangência tão grande, que tem implicações sobre a vida, sobre emprego das pessoas, sobre a renda das pessoas e sobre o futuro das nossas vidas. O Estado de Mato Grosso está caminhando para um desenvolvimento que terá implicações futuras. É um desenvolvimento que significará morte, em muitos casos, morte da vida.

Nós, hoje, podemos até ser o celeiro do mundo, mas amanhã o que nós seremos se não nos prevenirmos, se não tivermos tomado certas prevenções. Nós temos todo um aparato que significa SIVAM/SIPAM de bilhões de dólares, mas nós não o temos para garantir a vida daqui à, por exemplo, dez anos.

Para nós, o fundamental é que ele seja realmente tomado e administrado, porque em outra reunião com técnicos eu tive esse conhecimento de que ele não está sendo administrado, os equipamentos estão nos Municípios subutilizados e, principalmente, não é do conhecimento da maioria da população o que é todo esse potencial estratégico que temos para preservar o ambiente e também a vida humana.

Era isso e eu peço aqui que tenhamos o compromisso de levar a diante tudo o que está sendo trazido nesta Audiência Pública. Muito obrigada.

A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra o Sr. Edgar Fagundes.

O SR. EDGAR FAGUNDES - Vou levar duas horas na resposta...

Realmente eu estou entusiasmado com as perguntas e colocações que estão sendo feitas, porque isso nos dá motivos para esclarecer, para debater e é isso que vai fazer a condução do sistema - o debate com a sociedade. Essa é a linha que nós estamos adotando, e nessa linha aí se exige alguns sacrifícios.

Sem querer falar de questões pessoais, mas na quarta-feira eu estava em Manaus, quinta-feira em Brasília, sexta-feira em São Paulo, sábado e domingo em Goiânia, hoje em Cuiabá, amanhã em Brasília de novo e quinta-feira em Tabatinga. Mas, é porque nós temos tudo para fazer esse discussão ampla para a condução do Sistema como um todo.

Bom, vou começar pelas colocações do Coronel Leovaldo Sales, da Polícia Estadual.

Nós temos hoje um bom entrosamento com a Polícia Federal. No Estado do Amazonas a Secretaria de Segurança é um parceiro ainda tímido em relação ao Sistema. Mas, eu fiquei entusiasmado com as suas colocações, e quero dizer que nós precisamos, urgentemente, dar encaminhamentos para a utilização do Sistema pelos senhores, para nós ajudarmos nessas tarefas aí

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

de fronteira. Por exemplo: coisas aparentemente pequenas, de que faço propaganda, mas que estão sendo de uma grande utilização, são essas maletas. Porque já não, imediatamente, disponibilizar para a polícia um conjunto de equipamentos desses, que corresponde àqueles auto-tracks, que o IBAMA utiliza, onde os senhores estarão, no mínimo, com uma comunicação entre cada equipe - eu não sei como é que se chama, pelotão, companhia -, com uma maleta dessas. Grupos de trabalho, se comunicando entre vocês. Estarão posicionados por uma central. Os veículos dos senhores poderão estar com esse equipamento...

A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Já vai se disponibilizar isso?

O SR. EDGAR FAGUNDES - Já! Já vai se disponibilizar (PALMAS).

Mas, eu não sei... Em Manaus nós já disponibilizamos isso imediatamente. Aqui é ligado a Porto Velho e eu não sei como é que está a operacionalização disso em Porto Velho.

Mas, nós não temos nenhuma hoje para disponibilizar, porque o INCRA está distribuindo cestas básicas para os assentados dentro do Programa Fome Zero, utilizando cinco maletas nossas. O IBAMA está levando hoje para operação de campo algumas dessas maletas; e também, navios da Marinha, carros da Polícia...

Aproveitem, porque nós estamos pagando a conta do satélite. Isso não é barato. Se eu não me engano são vinte centavos de dólares cada mensagem. Imaginem trezentas maletas utilizando isso. E não é só a cada mensagem, mas a cada vez que a maleta manda um sinal de geoposicionamento são vinte centavos de dólares. Então, nós a deixamos mandar um sinal a cada dez minutos, mas podemos padronizar para de minuto em minuto darmos o posicionamento.

É um equipamento prático, útil e que precisa ser usado. Nós precisamos somente acertar com Porto Velho, com a empresa que nos dá assistência para, imediatamente, liberar esse tipo de coisa. Mas, isso nós achamos que ainda é muito tímido. Nós temos hoje - na minha experiência, e eu não sou da área da polícia e conheço muito pouco sobre isso -, na fronteira com a Colômbia a Operação Cobra (Colômbia-Brasil), comandada pelo Dr. Mauro Espósis da Polícia Federal, bloqueou toda a entrada da fronteira da Colômbia por via de água. Ninguém entra por água sem passar por um posto da polícia. Então, tudo por água está barrado. Olha, pode até ter uma pequena canoa que passe por algum furo, por algum ribeirão ali e nada impede que possa entrar alguma cocaína. Mas, por água não entra nada. Por terra não tem nada para entrar na fronteira com a Colômbia.

Nós estamos, agora, nos esforçando para com a vigilância aérea. E, assim como nós estamos passando para a Polícia Federal um relatório de todas as linhas de vôo que cruzam a fronteira, nós poderemos passar o mesmo para a Polícia Estadual.

Temos que ver a questão da comunicação de um terminal de usuário. Como alguém perguntou aqui, não fomos nós quem planejou o Sistema, porque é que deram cento e quatro terminais para o IBAMA e nenhum para o INPA? Eu não sei responder sobre pesquisas na Amazônia, mas foi concebido o Sistema e, então, agora, nós temos que começar a fazer os ajustes.

Esse terminal de usuário, quem o solicita está indo para final da fila, porque tem um contrato com a ATEC, que é uma empresa brasileira, subcontratada da rede para implantar.

Hoje nós temos em torno de duzentos e cinquenta terminais de usuários implantados. Serão quase novecentos, e às vezes, a pessoa que está implantando vai até o endereço do IBAMA, e nota que já se mudou, pois, era uma casa alugada e essa pessoa não instala. Essas coisas são problemas. Entretanto, nós já temos, hoje, uma rede.

Outro problema que não nos diz respeito, mas já está sendo resolvido: quando essa equipe da CCSIVAM ia instalar um terminal de usuário, a pessoa que recebia assinava um documento, dizendo: "Não me comprometo a mexer nisso até receber um treinamento". Mas não estava planejado um treinamento. E agora, nós ligamos para esses terminais e o pessoal não mexe,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

ninguém toca nisso. Nós estamos fazendo toda uma turnê para conversar com esse pessoal e dizer: Utilizem isso, liguem o telefone, usem, recebam *fax*. Eu vou mandar um manual de instrução, pois esse terminal de usuário tem *internet explorer* e o *out lock*, isso é um programa para acessar a *internet* e mandar *e-mails* dentro dessa *intranet*, na Amazônia. Como colocar isso? Todos os Centros Estaduais de usuários terão, mas, podemos resolver o caso da Polícia - uma saída que estamos adotando no Estado do Amazonas-, com terminais urbanos, através de uma linha dedicada da companhia telefônica.

Essa é uma saída para acessar essa *intranet*, para receber esses dados com mais agilidade. Ou, através de uma conexão via *internet* mesmo. Se senhores têm *internet*, vejam uma forma de... Nós vamos precisar depois de uma reunião técnica, uma conversa à parte com a Polícia Estadual, para levantarmos todos esses problemas. Será só com a Polícia, ou poderemos juntar Polícia, IBAMA, INCRA, FEMA, esses usuários, para começarmos a discutir esses problemas que não são poucos, mas, temos que achar saída. Como alguém colocou, aqui, esse investimento precisa dar resposta.

Eu tenho o defeito de ser otimista por natureza, mas quero dizer que o Sistema tem suas limitações e nós temos que, juntos, tentar superá-las. Nós vamos tentar promover essa reunião com senhores para vermos o quanto se poderá disponibilizar, alguns dados, de imediato. Eu fiquei entusiasmado com as dificuldades que os senhores têm e acho que poderemos ajuda-los.

Sobre as questões levantadas pelo Sr. Hugo José Schever Werle, eu fui durante quase três anos, chefe do Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA. Eu visto a camisa do IBAMA. Os três diretores, a Dr<sup>a</sup> Marília, o Sr. Casari, o Sr. Rômulo, nós trabalhamos juntos nessa questão do sensoriamento remoto. Nós trabalhamos muito com o Estado de Mato Grosso. Não sei se ainda tem uma salinha lá que nós inventamos de colocar uma placa chamada de Núcleo de Geoprocessamento, mas tinha um pessoal aqui que já estava começando a ser treinado para trabalhar com esses dados.

A parceria com a FEMA, na gestão passada, com o Sr. Paulo Leite era mais ou menos, não era das melhores. Era bastante cordial, mas na prática tínhamos algumas dificuldades. Por exemplo: a base cartográfica um para cem mil do Estado de Mato Grosso. A FEMA dizia para nós que tinha essa base cartográfica e nós víamos que tinha, mas só que quando íamos pedir os mapas eles diziam: “Esse é da Geo-Mapas, não é nosso”. Mas não foi a FEMA que pagou? “É. Mas isso é privativo da Geo-Mapas”.

Depois, mudaram a política mais para o final da gestão passada – e acho que agiram correto -, de distribuir essa base cartográfica, até para que as iniciativas, os pedidos de licenciamentos, de desmatamentos fossem feitos na base de um para cem mil, porque o pessoal pegava qualquer base, mandava o pedido, e aí não casava o pedido com a base.

Essas coisas do entrosamento, do relacionamento são importantes para afinarmos.

Os Órgãos têm seus potenciais, têm suas limitações, têm suas questões políticas, têm suas questões elucidativas e elas vão continuar existindo, mas nós temos que ter uma linha.

Agora, com relação ao IBAMA, eu quero dizer o seguinte: O nosso maior desafio - e isso eu tenho até um certo orgulho -, é ter um sistema de alerta de desmatamento. Não é possível mais continuar... A Dr<sup>a</sup> Mari Negretti, Secretária da Amazônia já nos desafiava na gestão passada, e agora, no SIPAM, eu passei sábado e domingo discutindo isso com um pessoal sobre o Satélite *GOES*, um satélite novo aí para nós.

Não dá para nós, uma vez por ano, olhar aquele mapa do INPE, do PRODICE, Programa de desmatamento, e dizer: “Olha foi desmatado no Estado tantos quilômetros quadrados”. Já foi desmatado e o IBAMA vai lá, ou a FEMA vai lá, multa, mas o prejuízo já aconteceu.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Nós temos que ter um sistema que detecte iniciativas de desmatamentos, desmatamentos insipientes, o processo do corte seletivo ou o processo da brocagem, como o Sr. Hugo José colocou, e deu alerta.

Nós, SIPAM, não somos polícia, não somos IBAMA, não somos Bombeiro. Não somos nós que apagamos o fogo, não somos nós que multamos, mas temos instrumentos para dar o alerta para os órgãos intervir.

Nós precisamos urgente do que batizamos de SIAD-Sistema de Alerta de Desmatamento, onde temos a expectativa de, a cada dezesseis dias, ter para as áreas críticas - e eu diria que quase todo o Mato Grosso se inclui dentro de uma área crítica, diferente do Amazonas, de Roraima e Acre -, através desse satélite, através de nossas técnicas que não vou entrar em detalhes, são índices de vegetação. Contrastar pontos na superfície de alto índice de biomassa, numa passagem do satélite, e soltar um alerta podendo até não estar desmatando, podendo até ter um furo no sistema, mas eu tenho instrumentos para isso.

Neste final de semana discutimos com o pessoal do INPE, com o pessoal da Universidade de Goiás, com o pessoal da EMBRAPA, que trabalha com sensoriamento remoto, para ter urgente uma parceria no sentido de ter um sistema de alerta de desmatamento, assim como temos um muito eficiente, de queimadas. Hoje o sistema de focos de calor INPE/IBAMA funciona de forma muito boa, é um sistema eficiente e nós participamos disso, também temos dados do satélite NOAA. Sabemos hoje se um foco de calor, como chamamos, porque às vezes nem é queimada, às vezes deu uma zebra, um telhado de zinco dá uma alta temperatura e nós damos como foco de calor, por isso não chamamos de queimada. Se um sabe que o foco de calor está numa área de agricultura, numa área de floresta, numa terra indígena, numa unidade de conservação, o IBAMA solta alerta amarelo, alerta verde, alerta vermelho, se passa e-mail para as prefeituras, para as ONGs, ou quem se cadastrar recebe um alerta e nós também temos esse sistema de alerta dentro da nossa *intranet*.

Precisamos desse SIAD-Sistema de Alerta de Desmatamento. É um desafio, não temos isso, mas não podemos ficar correndo atrás do prejuízo depois que desmatou. Não será uma coisa tão imediata ainda, mas temos que começar a testar.

Quanto à alimentação contínua de dados, não sei quem citou, é um desafio. Hoje o ISA-Instituto Socioambiental, ONG, que eu diria bem organizada, é mais rápida em atualizar as unidades de conservação e as áreas indígenas pelo Diário Oficial do que do que a DIRECT lá do IBAMA. Mais o ISA não é um parceiro nosso, eu tenho que pegar esses dados, e os pego do IBAMA. Eu pego por fora os dados do ISA. Nós temos uma basezinha no paralelo lá, porque o ISA consulta o Diário oficial, quando sai lá foi criada unidade de conservação, ponto tal, tantos quilômetros norte, latitude, longitude, tal.

Quando sai isso no Diário Oficial, o ISA já mapeia e já tem um CD, no seu banco de dados. A mesma coisa com terras dos indígenas.

Nos nossos convênios com a FUNAI, com o IBAMA, está presente esse compromisso de serem repassados esses polígonos, justamente para que nós possamos repassar para os órgãos parceiros que atuam, e para nós sabermos como esse exemplo que eu disse: um foco de calor está na unidade de conservação, está em uma terra indígena, numa área de agricultura.

O zoneamento ecológico econômico é um instrumento fundamental de planejamento, de organização do espaço territorial. Existe uma iniciativa que é do Governo Federal, Programa de Zoneamento, trabalhando com os governos estaduais. A minha sugestão é que nós tenhamos hoje, na FEMA, no Centro Estadual de Usuário, toda a base cartográfica, toda a base de dados do zoneamento.

Por quê? Na FEMA, o *software* que tem lá de geoprocessamento, é um *software* com um potencial muito grande, para primeiro: fazer cruzamentos de dados para a delimitação dos

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

espaços, separar as zonas, as unidades, e para atualizar isso à medida que novos dados são inseridos no Sistema.

O zoneamento não pode ser algo estanque, feito. A partir de um conjunto de mapas se chega a delimitação de unidades onde são estabelecidas diretrizes para essas unidades. Ora! Mas, existe uma dinâmica, uma área que era vegetada, daqui á pouco se transforma em uma unidade de conservação.

No momento que eu entro com essa nova informação, nessa nova base de dados, o zoneamento pode ser automaticamente atualizado através de novos cruzamentos. Ele tem uma dinâmica e para isso precisa para análise territorial, *softwares* de geoprocessamento que, hoje, no Centro Estadual do Usuário, o Estado dispõe.

A informação tem que estar com todos. Eu acho que a Secretaria de Planejamento está com esses dados, mas nós precisamos ter essa base de dados no Centro Estadual de Usuário também; além de outros que queiram ter essas informações. E nós podemos contribuir, interagindo com essas ferramentas para o Governo do Estado trabalhar o zoneamento, e com a utilização de novas informações para isso.

As colocações da Sr<sup>a</sup> Edna, que falou do zoneamento e do social. O social é outra coisa que nós estamos preocupados.

A primeira pergunta que nós fizemos no início deste ano foi: Como que o SIPAM pode contribuir com o Programa Fome Zero? Imediatamente pensamos em - como o nosso principal instrumento é mapa-, trabalhar com mapa, mapa da fome. Vamos fazer um mapa da fome da Amazônia.

Depois, eu fui lá na *internet*, pesquisei e vi que em 1993, nós já tínhamos o mapa da fome. Mapa da exclusão social. E chegamos agora a idéia que já estamos colocando em prática, queremos os senhores nessa discussão, vamos construir juntos o mapa da vulnerabilidade social. Nós já estamos chamando algumas pessoas expoentes, já quero convidar você para participar de uma reunião em Manaus, onde nós estamos chamando alguns sociólogos, algumas pessoas para discutir a primeira idéia do que seria isso. Qual é a idéia preliminar? Nós temos uma base de dados do censo do IBGE feita em 2000.

O censo do IBGE tem quase duzentos parâmetros por setor censitário, inicialmente nós podemos trabalhar por Município. Então, esses parâmetros que incluem como é que é o analfabetismo? Qual é o percentual de casos naquele Município que tem esgoto? Quantos não têm esgoto? Quantos têm a renda per capita? Uma série de informações, quase duzentas informações. Senhores, as informações já estão disponíveis, já estão espacializadas, temos o *software* para isso. É só pegar outros dados do IPEA, outros dados das ONGs, e não precisa fazer nada de novo. Temos que integrar esses dados e discutirmos juntos um processo do conceito de vulnerabilidade.

Por que vulnerabilidade? Porque aqui eu tenho uma colônia de pescadores onde a renda per capita é “x” nesse Município. Nesse outro Município do lado, eu tenho também a mesma renda per capita, mas o pessoal é de uma indústria qualquer. Ora! Esse pessoal tem um risco maior, às vezes, de perder o emprego, do que aquele outro. Tem que se fazer análise de risco também, isso para direcionar o planejamento público de Governo. Nós vamos fazer essa discussão da vulnerabilidade social e, queremos aproveitar a sua questão para citar outros exemplos, além desses que citamos.

Eu estava num jantar onde um médico me disse assim: “eu tenho um mamógrafo em Parintins e outro mamógrafo em Tabatinga, e lá não tem nenhum médico que saiba interpretar esses dados”. Eu falei: eu tenho uma estação VSAT, esse terminal do usuário, em Parintins e tenho em Tabatinga. E ele perguntou: “não tem como o técnico lá aplicar esse exame e depois mandar



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

esses dados?” Eu falei: como é que são esses dados? Ele respondeu: “um arquivo de disquete”. Eu falei: Dá! E já estamos fazendo isso.

Como a maioria das Prefeituras tem esse terminal do usuário, o SUS, hoje, está transmitindo os dados de Manaus, no caso do Estado do Amazonas, para as Prefeituras do interior, utilizando essa rede.

E o projeto mais novo agora é um projeto de inclusão digital, que eu prefiro chamar de inclusão social, onde um pessoal da USP que trabalha com o Governo do Estado discutirá um projeto conosco, que eles chamam de inclusão digital.

Ora, se lá no meio de uma comunidade, de uma associação de pescadores existe um computador ligado a essa Intranet, por que é que essa comunidade de pescadores não pode colocar o seu peixe no mercado utilizando essa rede? Por que não podemos treinar as professoras daquela comunidade, atualizando com material pedagógico ao longo dessa rede?

Estou até vendo o Sr. Felipe, da MULTICOOP, aqui. A MULTICOOP é uma ONG parceira, que traz uma proposta da REDECOOP Ambiental, onde através dessa rede já existente, fazendo-se um *upgrade*, nós podemos dinamizar, trabalhar com cooperativas, com associações, com a comunidade organizada.

Existe um leque de coisas onde a nossa imaginação é o limite para aproveitar esse tipo de coisa. Hoje, nós não temos Internet, saiu da Capital... O Estado de Mato Grosso é um pouquinho mais privilegiado. Mas, o Estado do Amazonas, saiu da Capital, não tem provedor de Internet no interior. Então, para alguns de nós nem concebemos como é que o pessoal não pode estar na Internet, hoje, se comunicando e trabalhando. Mas, isso é a realidade da Amazônia. Depois nós podemos conversar mais sobre isso também.

Tem a parte do João Batista Domingues: nós já temos, hoje, uma base cartográfica digital de um para duzentos e cinquenta mil, disponível. São três blocos do IBGE, até o final do mês tem o bloco quatro e o bloco cinco, ou seja, quase toda Amazônia; ficará faltando só um pedacinho do Pará. Então, um para duzentos e cinquenta mil é uma escala aquém do que nós gostaríamos, é verdade. Mas, essa já está atualizada, digital, com vários formatos de arquivos, pode ser lido por *softwares* tanto da linha *Cad*, quanto *software* de geoprocessamento. Além disso, nós temos um convênio com a Universidade de Viçosa, um mapeamento, um modelo digital de elevação, ou seja, esse modelo digital de elevação é, além de curvas de níveis, os mapas de bacia e os mapas de declividade. Nós também poderemos disponibilizar isso para os senhores.

Quanto aos dados de leitura de régua, pluviometria, os dados da plataforma de coleta de dados na rede hidrográfica, nós estamos começando a disponibilizar agora. Quem sabe precisamos de usuários até para testar e criticar isso: “Olha, isto aqui está furado!” O que é que acontece? Imaginem os senhores, uma empresa americana faz a concepção do Sistema, compra um equipamento, instala um equipamento lá no meio da selva e esse equipamento começa a mandar um número que é a leitura da régua. Eu começo a anotar esses números. Agora, é verdade esse número que eu estou mandando, tem alguma coisa a ver? Eu tenho que começar a checar isso. Ele está dizendo lá que a salinidade da água é aquilo lá, quem é que me disse que aquilo é verdade? Então, nós precisamos aferir o sistema dessas plataformas de coleta de dados.

Eu não entendo de meteorologia, mas eu acho que as estações meteorológicas de superfície, dão dados de pluviometria. Nós estamos começando agora a implantação dessas estações meteorológicas de superfície, esses dados estavam disponíveis. Mas, aí eu posso te colocar em contato com o pessoal da área técnica, que poderá dar mais...

Embora, os três centros: Manaus, Belém e Porto Velho, já estejam em fases diferentes de implantação, nos três, nós já queremos ter imediatamente, já temos em Manaus, o Centro de Atendimento ao Usuário. Aqui os senhores estarão sempre se reportando a Porto Velho;

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

Porto Velho, talvez, não tem ainda nessa fase bem incipiente algumas informações, mas repassará para Manaus que já está um pouco mais avançada.

Os custos de manutenção, eu acho que foi a Deputada que perguntou. Eu não sei dizer o custo de manutenção. Eu sei que o nosso orçamento hoje, do CCSIPAM, é setenta milhões neste ano. Foi contingenciado, como todo mundo recebeu contingenciamento, mas felizmente, agora, o Ministro José Dirceu adotou o Projeto como prioridade e nós sofremos um descontingenciamento...

(A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE FALA AO LADO DO ORADOR INAUDÍVEL - RISOS)

O SR. EDGAR FAGUNDES – Estamos ligados à Casa, existe um Conselho Superior, é um Conselho que está acima de nós, se chama CONSIPAM- Conselho do Sistema de Proteção da Amazônia. Esse Conselho já reuniu, uma primeira vez, nesse governo, autorizou a ampliação do Centro de Coordenação Geral, em Brasília e agora, esta semana, eu soube do descontingenciamento.

Eu acho que esse é o nosso orçamento deste ano, setenta milhões, é um orçamento...

(A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE FALA AO LADO DO ORADOR INAUDÍVEL)

O SR. EDGAR FAGUNDES – Nós esperamos que sim, mas chegará o momento onde vai a senhora pedir para eu gravar um CD e eu vou pedir: passe o CD virgem aí, ou eu vou começar a vender. Por enquanto nós não estamos fazendo isso. Por exemplo: cada Centro desse tem dez *ploters*. *Plotter* é aquele equipamento para desenhar o mapa bonito, para colocarmos na parede. O papel desse negócio é caro, a tinta é cara. Hoje nós estamos com isso, daqui a pouco nós vamos ter que, imagino, ter uma política de parceiros, ter no seu orçamento rubricas para o sistema de proteção da Amazônia, onde eles possam contribuir para a manutenção em função das suas necessidades.

Bom, em síntese é isso.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Nós temos duas inscrições, mas nós temos dois problemas, o primeiro é que nós temos um horário regimentalmente para concluir, que é agora às 12:00 horas e nós vamos acompanhar agora o pessoal lá em Mata-Cavalo, onde houve despejo.

Eu vou pedir para os companheiros serem bem objetivos nas suas questões. É o Sr. Laudemir Luiz Zart, o Sr. Antônio Carlos e depois o Sr. Edgar, os companheiros da Mesa para concluir e depois eles ficarão aqui à disposição para quem quiser fazer contato, articular com o pessoal do SIVAM/SIPAM para um trabalho futuro.

Registro a presença do pessoal da Pastoral da Sobriedade com sede de Rondonópolis que se encontram presentes.

Também recebemos um telegrama do Dr. Benedito Paulo, Secretário Estadual de Cultura, a impossibilidade de comparecer e está parabenizando a Audiência Pública.

O SR. LAUDEMIR LUIZ ZART – Bom-dia a todos!

A minha pergunta está quase respondida no sentido da questão da comunicação, mas eu queria fazer uma pergunta adicional para que o senhor desse mais atenção na situação da educação de instância. Se isso é possível e como é que as Universidades podem entrar nesse processo e promover esse sistema de educação, por exemplo, aqui no Estado ou no País como um todo? O Ministro da Educação está dizendo que essa é uma das prioridades da sua gestão, além do combate ao analfabetismo.

E, uma observação que eu gostaria de fazer é no seguinte aspecto: geralmente, como já foi enfatizado, nós temos muitas informações. Eu acho que as instituições gastam muito dinheiro gerando informação, mas depois que já temos essas informações, não sabemos o que fazer

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

com elas. Parece-me que mais do que gerar informações, nós precisamos começar a gerar conhecimento sobre o nosso Estado, sobre todas as nossas regiões.

Seria nesse sentido. E, aí, eu gostaria de ouvir um pouco mais enfaticamente do senhor como as Universidades deverão participar desse processo.

A SR<sup>a</sup>. VERINHA ARAÚJO - Com a palavra o Sr. Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS - Bom dia a todos. Quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo. Meu nome é Antônio Carlos e eu estou representando o Deputado Ságuas, aqui. Nós temos uma preocupação muito grande pelo fato de sermos engenheiro agrônomo, recentemente, vindo do Município de Juína, onde fui Secretário de Planejamento e de Finanças.

O que eu gostaria de perguntar ao Sr. Edgar Fagundes é o seguinte: como e de que forma as Prefeituras já que a maioria delas aqui, no Estado de Mato Grosso, possui esse terminal de usuário, como é o caso de Juína, tivemos a informação de que não poderíamos mexer no equipamento até que houvesse o treinamento. Então não foi mexido e, inclusive, nos fizeram assinar um termo de que não podia mexer.

A minha preocupação é a seguinte: os Municípios no Estado de Mato Grosso, a maioria deles, não tem um plano diretor, como é o caso de Juína - nós estamos trabalhando no plano diretor de Juína e creio que todos os Municípios do Estado também, se não fizeram, o farão de uma forma bem realista. Mas de que forma nós poderíamos ter as informações de imagem de satélite, imagem aérea, numa parceria com o SIPAM, para que o Município pudesse obter essas informações a nível visual e pudesse planejar a sua unidade de federação, num custo acessível.

Há alguns dias mesmo, nós fomos procurar uma imagem de satélite, numa resolução de trinta centímetros, de setenta centímetros, mas eram sessenta mil reais para que se pudesse mapear a área urbana do Município; e também tem a questão da área rural, pois não é só na área urbana que devemos pensar. Como poderíamos fazer isso? Quando e de que forma? Se há um endereço e alguma forma do Município receber um treinamento do projeto SIPAM, em relação a isso. Essa é a minha pergunta.

Muito Obrigado.

O SR. EDGAR FAGUNDES - Primeiro com relação à área de educação a distância, eu quero dizer que as universidades têm de ser nossas parceiras fundamentais. Hoje nós já temos convênio com a Universidade do Estado do Amazonas, com a Universidade de Viçosa, e agora nós vamos fazer com a Universidade de Goiás.

Com as universidades de fora do Amazonas são para algumas coisas específicas: com a de Viçosa pela questão da tecnologia de mapeamento; com a de Goiás, agora, pelo satélite que tem sistema de alerta de desmatamento; e com as universidades do Estado, aqui, nós vamos ter uma intimidade maior, por aquilo que eu falei, inclusive no início, de que esse foi um Sistema concebido sem a participação da nossa comunidade técnico-científica. Agora, nós temos que chamar o pessoal para dentro, inclusive, há muito preconceito.

O Ministério da Ciência e Tecnologia - IMPA está reclamando que não tem nenhum terminal do usuário, porque houve uma opção do Ministério da Ciência e Tecnologia. Eles é que resolveram ficar de fora disso na década passada. Eles disseram: "Nós estamos fora do SIVAM". Foi uma decisão deles. Ainda disseram: "Nós não acreditamos no sistema, porque é assim, porque é o americano fazendo de cima para baixo..."

Hoje, já reverteu. Esses três órgãos são parceiros, o Ministro de Ciência e Tecnologia já tem outra visão, etc. Mas, nós temos que estreitar com as universidades. Nós temos feito visitas em universidades, estivemos aqui na Universidade Federal de Mato Grosso, já conversamos com o Reitor. Mas nós precisamos estabelecer uma agenda com a Universidade

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Estadual para ver como os senhores poderão participar. Há uma mão dupla no sentido de se utilizar o Sistema.

A geração de conhecimento é fundamental. Não adianta termos o dado, a informação, se não transformarmos isso em conhecimento e em resultados. Como disse a Sr<sup>a</sup> Maria Luiza, o objetivo maior é o homem, o cidadão, como ele pode transformar todas essas coisas em qualidade de vida para a população. E na qualidade de vida, a saúde e a educação são fundamentais.

Nós temos, de forma incipiente, duas linhas que estamos chamando de teleeducação e telesaúde, mas, isso não estava na concepção original do projeto. Nós, apenas, vimos que temos uma rede de comunicações numa área inóspita, que é a Amazônia, e que isso pode ser utilizado de alguma forma. Estava parcialmente ociosa essa rede de comunicações e que pode ser usada para a saúde, para a educação. Como usar isso, nós começaremos a discutir, agora, porque isso não fazia parte da concepção do projeto. Nós queremos a parceria com a Universidade até para discutirmos como fazer isso, como fazer ensino a distância. Nós não somos especialistas em ensino. Nós temos uma rede de comunicação e estamos colocando-a à disposição. E outra coisa, a taxa de transmissão de dados dessas antenas não é lá grande coisa. Começa a congestionar essa rede, e tem que ser dimensionado melhor tudo isso.

Nós estamos abertos. Eu não tenho uma resposta clara para dizer como fazer educação à distância. Quer dizer, como fazer educação à distância, eu acho eu os senhores sabem melhor do que nós. Nós podemos entrar com a infra-estrutura que dispomos ou estaremos dispendo e implantando. Vamos agendar depois, com a Universidade Estadual.

O Sr. Antônio Carlos, desculpe-me, eu não gravei a sua pergunta... Ah, sim, mapas e a parte do plano diretor.

É impossível para nós... Quer dizer, as imagens do Satélite Íconos e do Satélite Quick Bird, são dois satélites comerciais com resolução da ordem de 60cm. É fantástico! Você faz um plano diretor com aquilo e é um tremendo subsídio. Agora, o preço que o senhor está falando é, exatamente, o mesmo preço que eu pago. Eu não tenho um convênio, não é como com o INPE que nós temos um convênio, onde podemos retirar as imagens por um custo mais barato, mais acessível, etc.

Nós não podemos ter, hoje, imagens dessa resolução para toda Amazônia. Eu tenho, por exemplo, uma imagem que consegui de cortesia do Município de Tabatinga, outra se não me engano, de Tefé. Aí, dá-se uma pechinçada. O pessoal está querendo vender para nós, faz uma cortesia ou outra. Mas essa é uma coisa que teremos que ver como fazer.

A nossa aeronave é tão cara quanto essa imagem do satélite. Outro dia eu fiz uma coisa, a aeronave levantou para o incêndio de Barcelos, em caráter emergencial, eu falei para os pilotos da aeronave: Nós voaremos o Município de Manacapuru, lá tem uma reserva de desenvolvimento sustentável. Ele falou: “Não! Mas isso não está no plano de vôo”. Eu falei: Está sim. Eu falei lá para o pessoal que nós tínhamos que sobrevoar Manacapuru. Aí, eles levantaram e voaram o Município de Manacapuru. Quer dizer, fiz um aproveitamento de missão para termos essas imagens.

Mas isso são quebra-galhos. Nós temos que descobrir uma forma de ajudar a os municípios.

Uma das alternativas é se ter uma antena do satélite Íconos em Manaus. Essa alternativa está em discussão. É um negocio caro, um investimento em torno de quinze milhões de dólares. É um negocio que é ... A Amazônia é muito coberta de nuvens, quer dizer, uma antena dessas e para gerar imagens a partir de junho que você não tem nuvens, junho, julho, agosto e setembro, uma época menos chuvosa...

(NESTE MOMENTO UM PARTICIPANTE SE MANIFESTA - INAUDIVEL)

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O SR. EDGAR FAGUNDES - Mas tem fumaça. Tem que evitar a fumaça.

O que nós podemos ajudar também... São muitos municípios! Só aqui, estão me dizendo que são em torno de cento e quarenta. No Estado do Amazonas são cento e sessenta e seis. E difícil dizer, mas podemos ajudar nos planos diretores.

O que eu posso dizer é que podemos começar a discutir um caminho para ajudar. Nós estamos abertos a essa discussão, mas não tenho uma fórmula ainda para isso.

Nós já estamos tentando marcar com o Sr. Olívio Dutra, Ministro das Cidades, inclusive, para fazer essa discussão da utilização do SIPAM pelos municípios.

E também respondendo ao Professor da Universidade, nós estamos marcando com o Sr. João Luiz Homem de Carvalho, que é o responsável, no Ministério da Educação, pelo analfabetismo zero, como também utilizar o Sistema para isso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Sr. Roberto quer usar da palavra, o Sr. Hugo?

Com a palavra o Sr. Rodrigo Justus de Brito.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO - Finalizo nossa participação dizendo que nós temos buscado nessa gestão o melhor relacionamento possível com as instituições, já temos trabalhado em reuniões com o IBAMA, inclusive estivemos na reunião do BCD-Base Compartilhada de Dados do SIVAM, onde pretendemos colocar todos os dados que o Estado possui, seja da FEMA, da SEPLAN, do zoneamento e disponibilizar esses dados à sociedade. O Estado tem que abrir essa caixa preta e colocar esses dados à disposição da comunidade científica, até para que se saiba de que forma eles foram obtidos, quanto custou, como foi trazido.

Nós confiamos no projeto e, repito, temos recursos, poucos, mas acho que poremos um pouco de gasolina nesses aviões aí, não é Sr. Edgar Fagundes? E vamos ajudar no que puder, para que possamos fazer uma cobertura para o Estado. Sabemos que esse tipo de coisa não é uma coisa que será feita todos os anos, o avião passar em cima de todos os lugares, não é esse o objeto. O objeto é mais de planejamento, de sensoriamento e nós então queremos desenvolver essas atividades que mais uma vez colocamos. Já estamos com um grupo de trabalho formado nas reuniões anteriores que aqui desenvolvemos com a equipe de coordenação do centro gerencial do SIVAM/SIPAM, e estamos desenvolvendo um cronograma até para um projeto o RADAM 30 Anos. Ele é um trabalho que veio de Brasília, e nós daremos nossa contribuição nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra o Sr. Leovaldo Sales.

O SR. LEOVALDO SALES – Quero reforçar mais uma vez o nosso agradecimento à Deputada e ao Sr. Edgar Fagundes, de maneira especial ao Sr. Edgar Fagundes, que materializa aqui um desejo nosso, de melhorar a nossa comunicação e as possibilidades que o nosso grupo pode encerrar lá na fronteira.

Eu quero ver agora com o Sr. Edgar Fagundes, como é que nós faremos para receber logo essas maletas? O mais rápido possível, porque a capacitação técnica nós vamos, depois, recorrer ao Dr. Rodrigo Justus de Brito, que está mais próximo, aqui no Estado.

Eu já anotei o *e-mail* do Sr Edgar Fagundes, ele será cobrado diariamente, até que essas maletas estejam efetivamente (RISOS), com o GEFRON; de dez em dez minutos (RISOS).

Muito obrigado.

O SR. EDGAR FAGUNDES – Bom, as minhas palavra, são só de despedidas agora. Quero realmente agradecer a oportunidade e reforçar a idéia de que nós não temos a solução para tudo, pelo contrário estamos longe disso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA**  
**AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Mas, o importante é o estabelecimento da parceria e juntos estarmos neste desafio de darmos uma resposta para a sociedade, deste investimento que o País fez com o nosso imposto. Isso precisa produzir resultados. E essa é a nossa missão.

E por fim destacar o Sr. Roberto Rodrigues Soares, nosso Gerente de Porto Velho; está aqui, junto com o Sr. José Neomar Moraes da Silveira, estão lá na assessoria. Os dois e o Centro Regional de Porto Velho, é que estarão mais diretamente ligados com os senhores aqui, em Mato Grosso.

Mais uma vez obrigado. Obrigado a Deputada Verinha Araújo, e espero que nós tenhamos outras oportunidades (PALMAS).

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Para encerrar nós gostaríamos de agradecer a presença de todos e todas aqui nesta manhã. Quero agradecer especialmente a toda equipe do SIVAM do SIPAM, do IBAMA; agradecer a presença do Coronel Leovaldo Salles, que atendeu ao nosso convite, fiz questão de convidá-lo para estar aqui hoje, porque, nós sabemos da importância desse trabalho na fronteira; agradecer ao Sr. Rodrigo Justus de Brito, que representa a FEMA.

E dizer que a intenção e o objetivo da Audiência Pública, na verdade é abrir portas para que nós utilizemos todas as informações, para realizarmos os trabalhos que nós temos que realizar.

Quero agradecer especialmente ao gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, através do Sr. Wilson, que esta presente entre nós, que foi quem articulou a vinda, de todo esse grupo a Mato Grosso.

E quero dizer ao Sr Edgar Fagundes, para nós agendarmos uma visita. Eu gostaria de conhecer os locais onde hoje centralizam essas informações, se pudessemos visitar *in loco*, para podermos agendar futuramente.

Quero dizer que o objetivo nosso, da Audiência Pública, é disponibilizar as informações. Nós temos na Assembleia Legislativa, uma Comissão que estuda o mapa do Zoneamento Sócio Econômico Ambiental, e nós já agendamos para as 14:30 horas uma reunião aqui com os dois Deputados da Comissão. Quero solicitar a assessoria do Deputado Ságuas, que compõe essa Comissão, que acompanhem para que essas informações sejam socializadas.

E mais uma vez agradecer e nos colocar à disposição para todo esse trabalho que nós precisamos construir para proteger a nossa Amazônia, que faz parte de todos esses Estados que foram, hoje, relatados, através da fala do Sr. Edgar Fagundes. Muito obrigada.

Um bom-dia. Um bom almoço. Porque a nossa luta continua e ainda temos Mata-Cavalo e uma greve de ônibus onde o pessoal cobra a nossa presença. Muito obrigada. Um abraço, companheiros.(PALMAS).

Está encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA  
AMAZÔNIA- SIPAM/SIVAM, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2003, ÀS 09:00 HORAS.

---

- Donata Maria da Silva Moreira;
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Rossana Valéria Guerra;
- Revisão:
- Denize Maria Soares Martins de Siqueira.